

**III Conferência Internacional de
História Econômica**

**V Encontro de Pós-graduação em
História Econômica**

Programação completa e
Caderno de Resumos

Realização



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA



Universidade de Brasília

Comissão Organizadora

Comissão Executiva

Profª Teresa Cristina de Novaes Marques (UnB)
Prof. Pedro Paulo Zahluth Bastos (Unicamp)
Prof. Tiago Luís Gil (UnB)
Prof. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról (UnB)

Comissões Científicas

Brasil Colônia

Prof. Eduardo Barros Mariutti (Unicamp)
Profª Teresa Cristina de Novaes Marques (UnB)
Prof. Tiago Luís Gil (UnB)
Prof. Renato Leite Marcondes (USP)

Brasil Império

Prof. Carlos Gabriel Guimarães (UFF)
Profª Dulce Portilho Maciel (UFG)
Prof. Luiz Fernando Saraiva (UFF)
Prof. José Flávio Motta (USP)

Brasil República

Prof. Alcides Goularti Filho (UNESC)
Prof. Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD)
Profª Rita Almico (UFRB)

História Econômica Geral e Economia Internacional

Prof. Flávio Rabelo Versiani (UnB)
Prof. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról (UnB)
Prof. Pedro Antonio Vieira (UFSC)

História de Empresas e História da Tecnologia

Prof. Armando Della Costa (UFPR)
Prof. Stephen Anthony de Castro (UnB)

Metodologia e História do Pensamento Econômico

Prof. Alexandre Mendes Cunha (UFMG)
Prof. Fernando Carlos Cerqueira G. Lima (UFRJ)
Prof. Renato Colistete (USP)

Conferencistas convidados:

Profª. Paloma Fernandez Perez (Universitat de Barcelona)
Prof. Jaime Reis (Universidade de Lisboa)

Comentaristas convidados:

Prof. Luiz Carlos Soares (UFF)
Profª. Lígia Maria Osório Silva (Unicamp)
Prof. Josué Modesto Passos Subrinho (UFS)
Profª Cláudia Heller (Unesp)
Prof. Fábio Carlos da Silva (UFPA)
Prof. Wilson Suzigan (Unicamp)
Prof. Pedro Ramos (Unicamp)
Prof. Alexandre Macchione Saes (USP)

Organização das mesas

Edifício	Bloco B			Salão Central
	Sala 1	Sala 3	Sala 4	
QUI - 9H-11h45				ABERTURA
QUI - 13H20-14H45	Empresas 1	Império 1	H. E. Geral 1	República 1
QUI - 15H-16H45	Empresas 2	Império 2	H. E. Geral 2	República 2
QUI - 17H-18H30				CONFERÊNCIA
SEX - 8h30-10h15	Metodologia 1	Império 3	Colônia 1	República 3
SEX - 10H30-12H				CONFERÊNCIA
SEX - 13H20-14H45	Metodologia 2	Império 4	Colônia 2	República 4
SEX - 15H-17H	Metodologia 3	Império 5		República 5

Programação Detalhada

Quinta, 23 de setembro - manhã

8h - credenciamento

9h - Mesa de abertura

9h45 - Mesa redonda

Reflexão sobre a produção em História Econômica e trajetórias acadêmicas pessoais. Convidados: Professores *Flávio Versiani*, *Hildete Pereira de Melo*, *Jaime Reis*, *Wilson Suzigan*.

11h45 - Reabertura do credenciamento

12h - almoço

Quinta, 23 de setembro - tarde

13h20 - Mesas

13h20 - História de Empresas (Sessão 1 - Sala 01 do Módulo B)

Empresas e modernidade. Coordenação e comentários: Armando Della Costa.

- Marc Ferrez & Filhos e as articulações da indústria cinematográfica brasileira (1904-1921), **Julio Lucchesi Moraes**
- A cidade e ferrovia: considerações sobre a repercussão da Mogiana no município de Igarapava (1905-1940), **Diego Lopes de Campos**
- Malharia Nossa Senhora da Conceição: História de uma empresa pioneira no Vale do Paraíba Paulista - Jacareí, **Fabio Ricci e Suely Miyuki Enomoto Russo**

13h20 - História Econômica do Império/Brasil (Sessão 1 - Sala 03 do Módulo B)

Economia regionais no Império Brasileiro. Coordenação e comentários: Luiz Fernando Saraiva

- Açúcar, Tropeirismo e Mantimentos na economia da primeira metade do século XIX: a formação de um complexo açucareiro paulista?, **Gustavo Pereira da Silva**
- A vila de Rio Grande e seu porto: mercadorias, rotas e agentes mercantis (primeira metade do século XIX), **Gabriel Santos Berute**
- Diversificação produtiva do distrito de Santo Antonio do Parahybuna na formação da cafeicultura mineira: primeira metade do século XIX, **Bruno Novelino Vittoretto**
- Para além da subsistência: farinha, escravidão e mercado de abastecimento - Província de Santa Catarina 1796-1857, **Rogério Pereira da Cunha**

13h20 - História Econômica Geral (Sessão 1 - Sala 04 do Módulo B)

Mundo Contemporâneo. Coordenação e comentários: Pedro Antônio Vieira. Comentários: Luís Carlos Soares

- O Papel dos EUA e da URSS na Reconstrução do Estado Alemão na República de Weimar, **Flávio Schluckebier Nogueira**
- A Formação do Exército Vermelho: discontinuidades e inércias, **Saymon de Oliveira Justo**
- 1973: a reciclagem dos petrodólares e a metamorfose do poder norte-americano, **Bruno Queiroz Marchetto**

13h20 - História Econômica da República/Brasil (Sessão 1 - Auditório Principal)

Agricultura, pecuária, extrativismo Coordenação e comentários: Rita Almico. Comentários: Fábio Carlos da Silva

- As roças destruídas pelos animais do vizinho: um foco de conflito entre camponeses negros no pós-abolição, **Rodrigo de Azevedo Weimer**
- A pecuária leiteira em Resende, um estudo sobre as transformações sociais e agrícolas (1888-1940), **Maria Fernanda de Oliveira Coutinho Rodrigues**
- Notas sobre o desenvolvimento da agricultura e da exploração da madeira em uma área de frente pioneira (Colônia Agrícola Nacional de Dourados, 1940-1970), **Ana Paula Menezes**
- A construção dos caminhos da erva-mate em Santa Catarina: combinação e sobreposição de transportes, **Alcides Goularti Filho e Fábio Farias de Moraes**
- Métodos, teorias e fontes no estudo dos colonos-ervateiros do antigo sul de Mato Grosso (1945-1970), **José Antonio Fernandes**

15h – Mesas

15h - História de Empresas (Sessão 2 – Sala 01 do Módulo B)

Indústrias e mercados. Coordenação e comentários: Stephen Anthony de Castro

- Indústria e desenvolvimento regional: a trajetória da perfumarias Phebo em Belém, **Marcílio Alves Chiacchio**
- As maquiladoras mexicanas: uma frágil opção de modelo de desenvolvimento, **Elena Soihet**

15h - História Econômica do Império/Brasil (Sessão 2 – Sala 03 do Módulo B)

Trabalhadores urbanos e rurais no século XIX. Coordenação e comentários: José Flávio Motta

- Famílias escravas do arraial de Nossa Senhora de Bom Despacho, Minas Gerais, c.1880 a c. 1900, **Raquel Carvalho Gontijo**
- Escolhas Livres ou Cativas: estratégias no compadrio escravo na região dos Campos Gerais no Paraná, **Fernando Franco Netto, Mariani de Oliveira e Larissa Pachechne**
- Notas sobre o monopólio territorial e contratos de trabalho nas fazendas de café do Oeste Paulista (1850-1930), **Gustavo Machado Cavarzan**
- Vida urbana e suburbana nas terras do café: racionalização dos negócios e da vivência coletiva em Ribeirão Preto (1874-1914), **Márcio Luís Souza Marchetti**

15h - História Econômica Geral (Sessão 2 – Sala 04 do Módulo B)

Inovação industrial, política econômica e configurações sociais. Coordenação e comentários: Flávio Versiani

- O açúcar e os adoçantes entre a fome e a obesidade: elementos para uma história econômica da alimentação sob o capitalismo, **Antonio Oswaldo Storel Júnior**
- Uma história da técnica e da industrialização em setores químicos - séculos XIX e XX, **Walter Luiz Carneiro de Mattos Pereira**
- A Arquitetura de uma crise: história e política econômica na Argentina, 1989 – 2002, **Luiz Eduardo Simões de Souza**
- Arranjo espacial da acumulação econômica dos negros livres do Rio de Janeiro (Brasil) e Richmond (Virgínia, EUA) em meados do século XIX, **Carlos Eduardo Valencia Villa**

15h - História Econômica da República/Brasil (Sessão 2 – Auditório Principal)

Formação econômica regional. Coordenação e comentários: Luiz Paulo Nogueiról.

- Goiás e o abastecimento da economia paulista na Primeira República, **Paulo Roberto de Oliveira**
- O nacionalismo econômico e o desenvolvimentismo do *tenente* Juarez Távora (1930-1934), **Guillaume Azevedo Marques de Saes**
- Marcos históricos da presença do estado na economia amapaense, **Charles Chelala e Cláudia Chelala**
- Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX, **Edson Trajano Vieira**
- A colonização promovida por empresas e famílias do Centro-Sul no estado do Mato Grosso 1958-2008, **Alexandro Rodrigues Ribeiro**

16h45 – Intervalo

17h – Conferência Internacional: Prof. Dr. Jaime Reis

"A Grande e a Pequena Divergência, 1500-1900: Um dos Novos Grandes Debates da História Econômica"

Sexta, 24 de setembro

8h30 – Mesas

8h30 – Metodologia de pesquisa e História do Pensamento Econômico (Sessão 01 – Sala 01 do Módulo B)

Pensamento marxiano. Coordenação e comentários: Renato Colistete

- Capital fictício, fetiche e crise - Sobre o fracasso do capital como sujeito do metabolismo social, **Bruno Höfig**
- Formações pré-capitalistas e acumulação primitiva, **Carlos Alberto Cordovano Vieira**
- Apontamentos sobre a periodização dos modos de produção no debate marxista: teoria e política da transição, **Daniel Augusto Feldmann**

8h30 – História Econômica do Império/Brasil (Sessão 3 – Sala 03 do Módulo B)

A Economia do Império: transportes e fronteiras. Coordenação e comentários: Dulce Portilho Maciel.

- Comércio e fronteira entre Brasil e Peru: trocas mercantis e conflitos locais (c.1840-c.1860), **Carlos Augusto Bastos**
- As casas comerciais ligadas ao transporte fluvial em Mato Grosso e suas vinculações com o mercado nacional e internacional (1870-1930), **Zulmária Izabel de Melo Souza Targas**
- Itinerários para o café no pós-1850: negociantes e fazendeiros na luta pela definição de uma política de transportes, **Gustavo Alves Cardoso Moreira**
- Tropeirismo e criação de animais em São José dos Pinhais, Paraná, segunda metade do século XIX, **Luiz Adriano Gonçalves Borges**

8h30 – História Econômica da República/Brasil (Sessão 3 – Auditório Principal)

Economia, cultura e sociedade. Coordenação e comentários: Paulo Roberto Cimó Queiroz

- Migração? Para a favela não! Migração e cidadania da população de pretos e pardos no Pós-abolição. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ (1888-1940), **Carlos Eduardo C. da Costa**
- A questão do desenvolvimento na República do Brasil: democracia, desigualdades e ação afirmativa, **Paulo A S Vieira e Maxwell R. Moreira**
- Campeonato brasileiro de seleções: economia de um projeto nacional (1922-1932), **João Manuel Malaia**
- Em busca do lucro e em defesa dos costumes: os desafios do regime militar e do mercado editorial na década de 1960, **Adrianna Setemy**
- Políticas indigenistas no Brasil: entre o global e o local (de 1980 aos dias atuais), **Poliene Soares dos Santos Bicalho**

8h30 – História Econômica da Colônia - Brasil (Sessão 1 – Sala 04 do Módulo B)

Comércio e Terras. Coordenação e comentários: Teresa C. de Novaes Marques

- A concessão de terras urbanas e o poder local em São Paulo colonial: uma interpretação patrimonialista, **Fernando V. Aguiar Ribeiro**
- Comércio e rotas comerciais entre Grão-Pará e Guiana Francesa (1790-1817), **Siméia de Nazaré Lopes**
- Um retrato parnanguara: estudo da distribuição socioespacial urbana (1808), **Allan Thomas Tadashi Kato**
- Dinâmica Social e Econômica na Vila de Santa Cruz do Aracati: apontamentos sobre a produção e comércio de carnes secas na Capitania do Siará Grande (1746-1802), **Leonardo Cândido Rollim**

10h30 – Conferência Internacional: Prof^a Dr^a Paloma Fernandez Perez (Universitat de Barcelona)
 "The Study of Entrepreneurial Networks and Family Businesses from a
 Global Perspective. Possibilities and Limitations"

12h – almoço

13h20 – Mesas

13h20 – Metodologia de pesquisa e História do Pensamento Econômico (Sessão 02 – Sala 01 do Módulo B)
 Pensamento econômico. Coordenação e comentários: Fernando Cerqueira Lima. Comentários: Cláudia Heller

- Memória Crítica das primeiras reflexões de Maria da Conceição Tavares: um ensaio historiográfico, Fábio Padua dos Santos
- Filosofia da Ciência, Realismo Crítico e Teoria Pós-Keynesiana, Fabricio Jose Missio
- Revisitando o Protecionismo de Friedrich List, Carlos Henrique Lopes Rodrigues

13h20 – História Econômica do Império/Brasil (Sessão 4 – Sala 03 do Módulo B)
 Mercado, políticas, agentes: questões econômicas no Império. Coordenação e comentários: Carlos Gabriel Guimarães. Comentários: Lígia Maria Osório

- Origens dos empresários no setor de bens de capital do estado de São Paulo, 1870 – 1900, Michel Deliberati Marson
- Negócios capitais: uma análise dos agentes da praça comercial de Ouro Preto nas primeiras décadas da independência, Leandro Braga de Andrade
- Transição política e gestão macroeconômica no Brasil Império: Os Gabinetes da Conciliação – 1853/1862, José Tadeu de Almeida

13h20 – História Econômica da República/Brasil (Sessão 4 – Auditório Principal)
 Relações internacionais, crédito e financiamento. Coordenação e comentários: Rita Almico. Comentários: Pedro Ramos

- O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca/ SP – 1890-1914, Rodrigo Fontanari
- Santa Cruz das Palmeiras: o papel do crédito e suas representações na atividade cafeeira, Ricardo Barboza Alves
- Agricultura e crédito rural no regime militar, Rodrigo Valverde Beitem
- Dívida interna e inflação (1964-1993): a lógica do financiamento do estado brasileiro diante da indexação, Carlos Alberto Lanza Casa
- Conformidade ou discordância? Análise do posicionamento parlamentar brasileiro frente às negociações para a formação do Mercosul e da Alca, Rodrigo Regazoni de Oliveira

13h20 – História Econômica da Colônia/Brasil (Sessão 1 – Sala 04 do Módulo B)
 Ouro e escravos. Coordenação e comentários: Renato Marcondes. Comentários: Josué Subrinho

- Escravidão miúdo: força de trabalho escrava em pequenas unidades de produção – São José do Rio das Mortes, Minas Gerais, passagem do século XVIII para o XIX, Carlos de Oliveira Malaquias
- A morte e os mortos da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (1780-1800), Lyanne Dias Rocha

- Cabo Verde e a Senegâmbia na formação do circuito Atlântico de tráfico de escravos, Francisco Aimara Carvalho Ribeiro
- Recessão, déficits comerciais e política monetária - a luta portuguesa contra o esgotamento de seus cabedais em fins do XVII, Gabriel Almeida Antunes Rossini

15h – Mesas

15h – Metodologia de pesquisa e História do Pensamento Econômico (Sessão 03 – Sala 01 do Módulo B)
 Desenvolvimento, subdesenvolvimento e industrialização. Coordenação e comentários: Alexandre Cunha

- A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini, Pedro Henrique Pedreira Campos
- Subdesenvolvimento brasileiro: do problema econômico para o político, Rafael Gonçalves Gumiero
- Mitos Interpretativos da História Econômica Matogrossense, Ivana Aparecida Ferrer Silva
- Jorge Street e as tendências historiográficas acerca da industrialização brasileira, Pedro Paulo Lima Barbosa

15h – História Econômica da República/Brasil (Sessão 5 – Auditório Principal)
 Estado, empresas e transformações econômicas. Coordenação e comentários: Alcides Goularti.
 Comentários: Alexandre Macchione Saes

- Para além dos muros da Companhia Brasileira de Energia Elétrica: os Guinle no Centro Industrial do Brasil e na Associação Comercial do Rio de Janeiro, Cláudia Regina Salgado de Oliveira Hansen
- Setor petrolífero brasileiro: racionalidade versus ideologia, Elson Rodrigo de Souza-Santos
- O setor de telecomunicações no Brasil: história e desenvolvimento recente, Michele Cristina Silva Melo
- O embate entre duas vias de fornecimento de cana-de-açúcar para a agroindústria canavieira de Goiás, Pedro Ramos e Divina Aparecida Leonel Lunas Lima

15h – História Econômica do Império/Brasil (Sessão 5 – Sala 03 do Módulo B)
 Mercado, políticas, agentes: questões econômicas no Império - II. Coordenação e comentários: Carlos Gabriel Guimarães

- Industrial growth in São Paulo City (1866-1914): a study of the mortgage market's evidences, Gustavo S. Cortes e Renato Marcondes
- Imperialismo britânico de livre comércio e os obstáculos à industrialização brasileira no Século XIX, Luiz Mateus Ferreira e Pedro Antônio Vieira
- "Supremo Tribunal de Justiça": a Corte Suprema como chave para a estruturação do poder judiciário no Império do Brasil, Carla Beatriz de Almeida

CADERNO DE RESUMOS

CONFERÊNCIAS

A Grande e a Pequena Divergência, 1500-1900: Um dos Novos Grandes Debates da História Económica

Prof. Dr. Jaime Reis (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa)

Desde os tempos mais antigos que um dos temas centrais da História Económica tem sido o do desenvolvimento e do crescimento económicos no longo prazo. Durante várias décadas a partir da 2ª Guerra Mundial, o assunto foi focado sobretudo com base no estudo da Revolução Industrial inglesa, tratada como o paradigma que encerrava de alguma forma a resposta a todas as indagações que se colocassem neste domínio. Só já no fim da década de 1970, se começou a lançar os olhos com insistência sobre outros casos de industrialização mais tardia e a sondar as razões das diferenças entre nações nesta perspectiva. Pioneiros nesta dilatação do campo de análise tinham sido entretanto os estudos de Rostow e Gerschenkron.

Para fins do século XX surge uma nova vaga de paradigmas, para a qual contribuiu de sobremaneira Jeffrey G. Williamson e de que resultou a New Comparative Economic History. A atenção passou a incidir muito menos sobre as economias nacionais e a concentrar-se em vez disso sobre a economia global nas suas diversas dimensões. Centrais neste novo esforço de análise eram agora os movimentos internacionais dos factores produtivos e o efeito económico local dessas grandes modificações a nível mundial. Outra das preocupações centrais era determinar se e em que grau a globalização das economias tinha produzido efeitos positivos nas mesmas, ao invés das posições dependentistas então ainda muito em voga. A relação entre a História Económica e a Economia, que se tinha desenvolvido vigorosamente desde a década de 1960, recebeu um novo e importante impulso com a afirmação ainda mais clara da relevância da teoria e da quantificação para a compreensão da economia global no longo prazo.

No início do século XXI ganha proeminência novo debate, que acabaria curiosamente por conduzir a disciplina da História Económica de novo às suas origens. É aqui que nos encontramos hoje. Sem esquecer os ensinamentos da Nova História Económica Comparativa, o enfoque retorna às economias “nacionais” e aos factores específicos que podem explicar as diferenças na sua “performance”. O que é agora também novo é que o âmbito temporal da investigação é muitíssimo mais extenso do que jamais fora antes. Passou-se a buscar as raízes profundas do crescimento económico e demográfico e da variação na produtividade na Idade Moderna e mesmo na Idade Medieval. Para conseguir isto as bases de dados são revolucionadas, passando a cobrir períodos de 500 a 700 anos e uma riqueza de informação nunca antes atingida.

A pergunta fundamental que agora se coloca assenta numa escala geográfica enorme também. Numa fase inicial e graças aos estudos pioneiros de Robert Allen, a problemática passou a ser a de saber quando ocorreu a “divergência” económica intra-europeia, entre aqueles que viriam a liderar o Moderno Crescimento Económico – Inglaterra e Países Baixos – e os demais. O recente livro deste autor sobre a Revolução Industrial britânica vem fechar este círculo, mostrando que já antes de 1700 a Inglaterra possuía uma mão-de-obra invulgarmente produtiva e bem remunerada que alicerçou o crescimento e o desenvolvimento tecnológico que estiveram na base daquela revolução. Entretanto, a publicação do livro de Kenneth Pomerantz (2000) sobre a economia da China na mesma época reacendia um debate antigo sobre as eventuais diferenças entre Ocidente e Oriente relativamente aos respectivos níveis de riqueza e de capacidade tecnológica. Em resultado disto, o debate intra-europeu globalizou-se e o pomo da discórdia passou a denominar-se “A Grande Divergência”, para contrastar com a “pequena” que já mencionámos. Era o atraso da China e da Índia fruto da colonização ocidental ou era algo que já estava implantado um ou dois séculos antes?

Estas duas questões, estreitamente interrelacionadas pela metodologia dos historiadores e pela natureza global dos fenómenos históricos em apreço, são o tema da palestra que se irá apresentar. Esta oferecerá uma panorâmica de uma das dimensões mais relevantes da História Económica actual, discutirá as conclusões a que se chegou já e fará também uma resenha dos problemas metodológicos que esta evolução dos últimos anos suscita.

The Study of Family Businesses from a Global Perspective. Possibilities and Limitations

Prof.ª Dr.ª. Paloma Fernández Pérez (Universitat de Barcelona)

Globalization is revealing the importance of flexible networks of entrepreneurship in the world. In this context, it is useful to remind in this conference economic and business historians that despite the importance and visibility of big public and private multinationals and corporations, family businesses are the most common type of entrepreneurial network in the world. We have many good definitions and studies about joint-stock companies, State-owned companies, multinationals, limited companies, and other legally acknowledged categories of firms. There are no legal traditions that had defined in past or present times what a family firm is. Consequently, it is very appropriate to start this conference by asking ourselves what a family business is, and what good definitions we have in order to study in a scientific and critical way family firms.

There are many possible definitions in the literature, as some scholars specialized in the field, like Pramodita Sharma, Mary Rose, or Andrea Colli, have indicated. According to the EFB/GEEF (European Family Businesses/Group of European Group of Owner Managed and Family Enterprises (<http://www.geef.org/definition.php>, accessed February 19 2010) a firm is a family enterprise, if:

1. The majority of votes is in possession of the natural person(s) who established the firm, or in possession of the natural person(s) who has/have acquired the share capital of the firm, or in the possession of their spouses, parents, child or children's direct heirs.
2. The majority of votes may be indirect or direct.
3. At least one representative of the family or kin is involved in the management or administration of the firm.
4. Listed companies meet the definition of family enterprise if the person who established or acquired the firm (share capital) or their families or descendants possess 25 per cent of the right to vote mandated by their share capital.

3 This definition is useful for countries in which most family firms are public companies listed in stock markets, as in the United States. Also, in countries in which family businesses made up of nuclear families (husband, wife, children, and heirs) dominate, as in Western Europe. However, in cultures where spiritual ties with distant ancestors (as in Asia), or illegitimacy (as in Latin America), are important ingredients in the conceptualization of entrepreneurship, and in countries in which the stock market is not the major form of financing (in most of Asia, America and Africa, or in Southern Europe) an alternative definition with historical and cultural content could be proposed, which is:

Family business is a type of entrepreneurship, in which:

1. ownership and control are shared by individuals,
2. who establish among them regular family ties and networking activities,
3. which include or exclude people according to criteria that are highly diverse according to different cultures of the world,
4. and whose main goals are:
 - a. to obtain and maintain the material and spiritual welfare
 - b. of individuals linked by kinship ties to the founder/s of the business,
 - c. throughout generations

Concluding remarks:

Historical topics of research are often fashions, which is a danger in our profession. Now you study this, tomorrow who knows! But, sometimes, the emergence of a new subfield of research is the result of collective efforts of contemporary researchers who seek answers to present problems that may affect their societies. The privatization wave of the 1980s and 1990s meant a reduction in taxes to the wealthiest dynasties in developed and developing countries. It also meant a global process of mergers and acquisitions which benefitted public and private corporations, but also family owned businesses. At a national scale family controlled firms have historically been a fundamental source of stability in regional and local creation of wealth and employment. Due to this historical perception of their societies and governments, family controlled firms have been supported and benefitted by legislation throughout the world. As economic historians, however, we should try to keep some distance with the object of our study, and ask ourselves some questions which, maybe, could be a guide for future research of young scholars in Brazil: do current

definitions of family firms fit the reality of family businesses in our regions? What kind of sources do we have in order to study the variety and evolution of family businesses in our territory, in a comparative way? What do these sources reveal that is peculiar, or different, in comparison with what we know for other countries? What institutions have contributed to help family firms respond to the continuous technological, political, and market transformations of the last centuries? In what ways? How the modernization and professionalization of management has taken place in the country, and how has this been experienced by family firms in the country? What is the relationship between the State and family owners in Brazil, in terms of financing, demand of products and services, and contribution to local welfare of the population? These questions may become interesting questions that attract Brazilian readers, and if researchers make an effort to compare their findings with those from other regions of the world this could help correct Eurocentric or Anglocentric visions which currently dominate –with its terrible effects- studies about entrepreneurship in the world. Hope you do it.

Comunicações

Em busca do lucro e em defesa dos costumes: os desafios do regime militar e do mercado editorial na década de 1960

Adrianna Setemy

Com base no planejamento, gerenciamento e incentivo ao desenvolvimento econômico, associado a uma postura política marcadamente autoritária, os militares possibilitaram a consolidação dos interesses do capital multinacional e associado, que vinham se estabelecendo e ditando o ritmo da economia brasileira desde a década de 1940. Essa reorientação econômica teve conseqüências imediatas, pois, paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, houve um fortalecimento da indústria e do mercado de bens culturais, tanto a nível de produção, como de distribuição e de consumo. A partir da década de 1960, a indústria editorial, na sua totalidade, pôde se beneficiar e modernizar com a política de incentivo do governo para importação de novos maquinários, com vistas a um mercado consumidor que ia se formando e diversificando graças aos processos mais amplos e anteriores de industrialização e urbanização. Dentro desse quadro de crescente racionalização da produção cultural e avanço da sociedade de consumo, a imprensa passava a ser concebida cada vez mais como um investimento comercial, um serviço público que deveria satisfazer os interesses do leitor e assim alcançar altos índices de circulação e vendas. Considerando tais condições, esta comunicação pretende demonstrar de que maneira se deu a relação entre o regime militar e os empresários do mercado de bens culturais, os primeiros preocupados em articular sua política repressiva de censura moral de periódicos à política de incentivo à indústria cultural de massa, e, por outro lado, os empresários buscando articular o conteúdo destes bens de maneira a atender os consumidores inseridos em um mundo que experimentava a revolução dos costumes e as exigências do Estado brasileiro que controlava aquilo que deveria ser veiculado como forma de se legitimar perante setores da sociedade civil que temiam que estas transformações comportamentais chegassem ao Brasil através dos veículos e grande circulação.

A construção dos caminhos da erva-mate em Santa Catarina: combinação e sobreposição de transportes

Alcides Goularti Filho

O complexo ervateiro caracterizou-se como atividade econômica originária do Planalto Norte e Norte catarinense. Desde o último quartel do século XIX até meados da década de 1940, esse complexo constituiu-se como principal indutor da renda e de novos investimentos naquela região. Formou-se, então, um sistema de transportes com investimentos estatais e privados em que os elementos, sobrepostos, ora combinavam-se, ora subordinavam e excluíam uns aos outros. A navegação fluvial, nos rios Iguaçú, Negro e Canoinhas, a descida da serra pela estrada Dona Francisca até Joinville e o segundo trajeto via fluvial pelo rio Cachoeira até o porto de São Francisco formaram a primeira combinação de estruturas de transporte da erva mate no Estado. A ferrovia, após a entrada em operação da Linha São Francisco, em 1913, e que viria ligar Porto União ao porto de São Francisco, substituiu as outras vias em sua maior parte e as submeteu a condição de transporte secundário. Não obstante a modernização sofrida nos transportes até São Francisco do Sul, o porto teve de se adequar ao desembarque crescente de erva mate e madeira vindos de cima da serra e destinados ao mercado externo. Assim, constantes obras de ampliação da capacidade de

escoamento de carga dos trapiches privados na Baía da Babitonga e outras obras com recursos públicos seguiam a expansão das atividades ervateiras. Este sistema integrado de transporte promoveu a transformação das economias naturais em economias mercantis, dentro do padrão agrário-mercantil-exportador. Os caminhos da erva mate contribuíram também para a fixação de colonos na região e para a diversificação dos investimentos, seja pelo alcance a mercados longínquos ou estímulo ao fluxo de mercadorias na própria região, seja pela necessidade de criação de indústrias que os abasteciam.

A Colonização promovida por empresas e famílias do Centro-Sul no estado do Mato Grosso 1958 – 2008

Alexandro Rodrigues Ribeiro

O artigo analisa cinquenta anos da colonização privada no estado do Mato Grosso (1958 – 2008), destacando as duas modalidades predominantes de ocupação das terras devolutas estaduais, por empresas colonizadoras e famílias provenientes do Centro-Sul do Brasil: o latifúndio e a pequena ou média propriedade. Como foco da pesquisa empírica duas regiões foram escolhidas e seus distintos processos de colonização privada foram comparados: a Região do Vale do Araguaia, predominou a colonização via latifúndio, e no Vale do Rio Arinos, no médio norte do Estado, nos municípios de São José do Rio Claro e Nova Maringá, a terra foi comercializada para pequenos e médios agricultores oriundos do estado do Paraná. As empresas colonizadoras empregaram no processo de colonização a cultura trazida da sua região de origem. No vale do Rio Arinos os empresários vieram da região norte do Estado do Paraná e trouxeram consigo o modelo de pequenas propriedades daquela região, ou seja, colonização para agricultores familiares. No vale do Rio Araguaia a colonização de Canarana aconteceu para assentar produtores agrícolas gaúchos, um modelo de cooperativa com apoio governamental foi criado para trazê-los para o nordeste de Mato Grosso. Em São Félix do Araguaia, divisa com o Estado de Goiás e Pará, diversas formas de apropriação de terras, por pessoas de regiões distintas aconteceram, no entanto, com a política governamental de ocupação dos "vazios demográficos", o modelo latifundiário com incentivos disponibilizou grandes áreas de terras que já eram ocupadas por posseiros e indígenas, o que gerou disputas intermináveis pela posse da terra. Especificamente nessa região o artigo aborda o caso Suiá-Missú, considerado o maior latifúndio do Brasil na década de 1960.

Um retrato parnaguara: estudo da distribuição socioespacial urbana (1808)

Allan Thomas Tadashi Kato

Desde o século XIX, a cidade colonial é objeto de pesquisa no Brasil. O historiador Sérgio B. de Holanda foi o primeiro a academicamente problematizar a ordem urbana, em Raízes do Brasil. Organizou pensamento – já existente no século anterior – que tornava sinônimos, ordem urbana e traçado das ruas. A partir de então (e até hoje), diversos historiadores e arquitetos vêm reproduzindo essa parcial visão. Mesmo os autores que avançaram em tal análise – Nestor Goulart Reis Filho, Paulo F. Santos, Roberta M. Delson e Murillo Marx – persistiram na indissociável união daqueles vocábulos. Propomos um novo olhar que se distancia dessa noção de ordem como 'arte geométrica'. Dedicamo-nos a olhar a ordem produzida pelos moradores. Este artigo tem por objetivo analisar a lógica da distribuição socioespacial dos chefes com domicílio urbano de Paranaguá, em 1808. O primeiro passo é a construção da planta hipotética de Paranaguá com as informações do Livro de Lançamento da Décima (1808) – nome das ruas, chefes e proprietários – plantas e ilustrações posteriores – localizando os lotes. Os dados concernentes à condição sócio-econômica (nomes, idades, estados conjugais, sexo, ocupações, dentre outras) gerados, principalmente, a partir das Listas

Nominativas de Habitantes (1801-1809) constroem um quadro genérico de informações sobre os chefes de domicílio. Partindo deste conjunto de informações poderemos refletir: existem diferenças que evocam qualquer tipo de distinção na organização espacial do desenho urbano na vila? Caso afirmativo, quais são as relações entre o local de habitação urbana e variáveis sócio-econômicas? Podemos conceber a existência de uma setorização de grupos, mas não no modelo clássico (rua para comerciantes, outra para sapateiros, ainda um logradouro de elite). Múltiplos elementos socioeconômicos contribuem para uma divisão social que parece se refletir no espaço.

Notas sobre o desenvolvimento da agricultura e da exploração da madeira em uma área de frente pioneira (Colônia Agrícola Nacional de Dourados 1940-1970)

Ana Paula Menezes

Implantada em 1944 a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), trouxe grandes impactos econômicos para a região sul do antigo Mato Grosso. Inserida nos projetos políticos do Estado Novo, mas também no fenômeno econômico das frentes pioneiras, a CAND recebeu na década de 1950 um grande número de migrantes que, na condição de colonos, se dedicaram principalmente à agricultura, mas que se inseriram em outras atividades, dentre elas a exploração da madeira. Nesse sentido, estas duas atividades econômicas constituem o nosso objeto de estudo, por meio do qual buscamos analisar algumas questões pertinentes aos caminhos percorridos entre os colonos e os agentes sociais envolvidos no processo de desenvolvimento destas atividades. Este artigo faz parte de uma pesquisa que se encontra em andamento, e se pauta, sobretudo em fontes documentais, como depoimentos de antigos colonos e fontes memorialistas, e na bibliografia pertinente ao tema, incluindo livros, teses e dissertações.

O açúcar e os adoçantes entre a fome e a obesidade: elementos para uma história econômica da alimentação sob o capitalismo

Antonio Oswaldo Storel Júnior

Esse artigo analisa alguns elementos fundamentais sobre o processo de transformação do açúcar de especiaria consumida apenas por nobres em alimento proletário básico de amplo consumo associado à constituição de um sistema agroalimentar inter-nacional consequência da transformação dos meios de subsistência alimentares sob a subsunção formal do trabalho ao capital no sistema da manufatura que determinaram fontes de calorias de baixo custo para a reprodução cotidiana da força de trabalho durante o primeiro regime alimentar (1870-1914). Analisa também o processo de transformação do açúcar de bem final em bem intermediário da indústria alimentar e sua substituição por adoçantes sintéticos não-calóricos mais livres das limitações naturais sob a subsunção real do trabalho ao capital no sistema da grande indústria durante o segundo regime alimentar (1945-1979). O artigo apresenta considerações finais sobre o duplo caráter dos adoçantes como paradigma alimentar do capitalismo: mitigadores da fome e da obesidade.

Capital fictício, fetiche e crise -Sobre o fracasso do capital como sujeito do metabolismo social

Bruno Höfig

RESUMO: Trata-se de mostrar como a autonomização da riqueza financeira -que muitos afirmam ser a causa da crise contemporânea -se apresenta, no arcabouço conceitual marxiano, como algo necessário à dinâmica capitalista. A partir disso, será possível não apenas evidenciar o caráter apologetico dos estudos que apresentam a crise como um acidente em relação ao "desenvolvimento normal" do sistema, mas também iniciar uma discussão sobre um tema fundamental na historiografia: o estatuto dos termos "lei" e "necessidade" na análise do desenvolvimento histórico do capitalismo.

Diversificação produtiva do distrito de Santo Antonio do Parahybuna na formação da cafeicultura mineira: primeira metade do século XIX.

Bruno Novelino Vittoretto

Este trabalho busca evidenciar a importância do antigo distrito de Santo Antonio do Parahybuna – atual cidade de Juiz de Fora – no contexto da formação de uma economia agro-exportadora na Província de Minas Gerais, durante a primeira metade do século XIX. Uma vez que a expansão do café mineiro só se dá efetivamente a partir de 1850, pretende-se compreender a situação da produção agrária daquele espaço econômico que seria um dos pioneiros no cultivo da rubiácea, em um período imediatamente anterior a esse processo. Assim, entende-se que a diversificação produtiva do distrito -advinda da mudança de eixo econômico ocorrida na antiga capitania de Minas Gerais durante a virada para o oitocentos -foi capaz de agregar elementos localmente autônomos para a sua transformação econômica. Destacam-se nesse ponto duas das características de maior importância para o uso extensivo (ou racional) da incipiente produção agroexportadora, que naquele momento já estão assegurados na posse de um significativo plantel de escravos e na posse de amplas extensões de terras. Dessa forma, a vocação local para o mercado interno e a emergência da cafeicultura são elementos intimamente ligados ao dinamismo econômico já perceptível antes mesmo do marco historiográfico para a inserção do café em 1850, em que terra e o trabalho escravo assegurados pelas unidades fundiárias puderam alargar as bases para uma produção de maior envergadura. Para tanto, a pesquisa se utilizou de uma amostra de sessenta inventários post-mortem abertos quando do falecimento dos proprietários rurais do distrito, custodiados atualmente pelo Arquivo da Universidade Federal de Juiz de Fora, além das descrições de viajantes que passaram por aquela região ao longo do século XIX.

1973: a reciclagem dos petrodólares e a metamorfose do poder norte-americano.

Bruno Queiroz Marchetto

Os efeitos da chamada "Era da Catástrofe" (1914-45) demandaram uma reforma radical nas diretrizes que nortearam a economia mundial no fim do século XIX: o laissez faire cedeu lugar à imposição de controles sociais sobre o mercado, orquestrados em grande medida pelos EUA. A materialização disto, no plano monetário-financeiro, foi a criação do sistema de Bretton Woods. Coube ao plano Marshall, mediante uma expansão da liquidez, dar o impulso inicial aos "Anos Dourados", fase de extraordinário crescimento econômico amparado pela busca do pleno emprego e pela sustentação da demanda. Os anos 1970 marcam a desarticulação deste arranjo internacional. Pretendemos analisar a estratégia monetário-financeira articulada pelos EUA no início da década de 1970, o que, no médio prazo, possibilitou a restauração de sua

posição dominante no cenário internacional, promovendo, de forma correlata, a difusão do neoliberalismo e da financeirização. O ponto-chave de nossa análise está nas medidas adotadas pelos EUA para deslocar para seus "aliado-rivais" (Europa Ocidental e Japão) e para a periferia os efeitos adversos do "choque do petróleo". Partimos da hipótese que os EUA usaram fundamentalmente do seu poder político para deslegitimar as instituições multilaterais (o FMI e OCDE) que poderiam ter sido mobilizadas para conter a crise.

"SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA": A CORTE SUPREMA COMO CHAVE PARA A ESTRUTURAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO IMPÉRIO DO BRASIL.

Carla Beatriz de Almeida

O presente artigo tem o escopo de tratar o Supremo Tribunal de Justiça como uma instituição ímpar no processo de estruturação do poder judiciário no Império do Brasil. Cabe salientar que a referida instituição constitui objeto de pesquisa de mestrado que desenvolvo. Este artigo analisa a instituição Supremo Tribunal de Justiça durante o Segundo Reinado (1840 a 1891). Esta pesquisa está inserida num quadro de preocupações com a história das idéias políticas e das culturas políticas e jurídicas, que serão enfocadas tendo como pano de fundo a atuação dos conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça. O recorte cronológico abrange de 1840, quando ocorreu a nomeação do conselheiro Antônio Augusto da Silva até 1891. Este recorte ultrapassa o II Reinado, indo até 1891 ano no qual se encerra as atividades desse Tribunal, sendo que por dois anos tivemos uma instituição imperial atuando no Brasil Republicano. O foco da pesquisa é o Supremo Tribunal de Justiça, em um momento privilegiado, qual seja, no governo de D. Pedro II, no qual tivemos o maior número de conselheiros atuando neste tribunal, durante toda atuação do Supremo Tribunal de Justiça tivemos no total de 124 conselheiros, sendo que 100 foram nomeados no II Reinado e 24 foram nomeados no I Reinado. Pretende-se assim, demonstrar como o estudo de uma instituição e de seus membros, pode trazer novos elementos para a análise da política no período. Essa pesquisa deseja permitir um fecundo debate que irá contribuir para a historiografia no campo da história política no Brasil Império, bem como ensejar na pesquisa o trabalho com a vertente conceitual de 'cultura política', no sentido do conjunto de valores, comportamentos e formas de conceber a organização política, resultante de um dinâmico e longo movimento de interações e acumulação de conhecimentos e práticas, proposta por Serge Berstein e pela relação entre biografia e contexto proposta por Giovanni Levi.

Formações pré-capitalistas e acumulação primitiva

Carlos Alberto Cordovano Vieira

O presente trabalho pretende delinear o sentido da gênese da chamada relação capital à luz, sobretudo, de leituras d'A ideologia alemã, das Formações econômicas pré-capitalistas e dos chamados "capitulos históricos" d'O capital de Marx. Procuramos observar que Marx tomava como ponto de partida da investigação – não necessariamente da exposição – o modo de produção capitalista já constituído, para demarcar de modo retrospectivo as formas de propriedade pré-capitalistas, porquanto, fundadas sempre em diferentes formas de unidade entre produtor direto e condições de produção, pudessem expressar um contraponto à relação-capital. E, posto que essas formas de propriedade corresponderiam a diversos vínculos condicionantes da posição do indivíduo nas diferentes formações sociais, procuramos observar, também, que o desenvolvimento dessas formas deveria significar, ao mesmo tempo, a construção histórica do indivíduo. Com efeito, a cisão entre produtor direto e condições de produção pressupõe uma ruptura das formas precedentes de propriedade de modo a produzir, como pólos contrapostos, a riqueza em forma de capital e o trabalho "livre". Isso significa que o domínio do capital impõe a ruptura de todas as formas de sociabilidade em que os indivíduos tenham uma existência imediata na condição pré-estabelecida de

participes do metabolismo social. Assim, de um lado, é destruída a unidade fundada na propriedade do produtor sobre as condições de produção e, de outro, a unidade fundada na submersão dos produtores às próprias condições de produção – eles mesmos parte da propriedade –, à exemplo das formas escravistas ou servis. Nesse movimento, o produtor termina separado dos meios de produção e de subsistência, deixando de ser participe, como condição pré-estabelecida e imediata, do metabolismo social. Mas a mercantilização da força de trabalho, só poderia tomar corpo no curso de um processo em que o nexo mercantil tornou-se o fundamento da sociabilidade. Assim, procuramos observar que o processo de formação do modo de produção capitalista consiste, ao mesmo tempo, numa ruptura de velhos vínculos e formas de coerção.

DÍVIDA INTERNA E INFLAÇÃO (1964-1993): A LÓGICA DO FINANCIAMENTO DO ESTADO BRASILEIRO DIANTE DA INDEXAÇÃO

Carlos Alberto Lanzarini Casa

O financiamento do Estado brasileiro acabara adquirindo, de 1964 a 1993, diferentes modalidades orçamentárias e extra-orçamentárias para a execução dos projetos de desenvolvimento e para outras funções de fechamento das contas públicas. No entanto, a dívida pública interna representara muito mais um instrumento de valorização do capital financeiro e de formação do estoque de riqueza a partir da figura das "quase-moedas" (títulos públicos indexados) do que um meio de captação de recursos para o financiamento clássico não-inflacionário do setor público. A metodologia keynesiana se encaixa justamente aí, ao identificar o fenômeno da preferência pela liquidez em favor dos títulos públicos indexados, em que os principais agentes da economia especularam contra a própria moeda nacional durante os choques externos dos anos 70, e durante todas as crises de vulnerabilidade externa nas décadas seguintes. Especulações tais, viabilizadas pelas debilidades estruturais do balanço de pagamentos no decorrer dessas décadas. Transformando inclusive, o próprio Estado, num parceiro do setor financeiro, na participação dos ganhos crescentes conforme avançava a aceleração inflacionária.

Comércio e conflitos na fronteira peruano-brasileira (1840-1860)

Carlos Augusto Bastos

As relações econômicas articulando as áreas amazônicas do Brasil e do Peru ganharam importância no decorrer do século XIX, envolvendo trocas de diferentes produtos bem como o deslocamento de agentes comerciais de ambos os países. A comercialização de gêneros alimentícios, artigos industrializados e de goma elástica impulsionou as relações econômicas na zona fronteira. Contudo, o estabelecimento dos comerciantes do lado brasileiro da fronteira no Departamento de Loreto, no Peru, gerou situações de conflito com autoridades locais, estabelecendo-se uma competição pelo controle de certos ramos de comércio. Com base na documentação consular brasileira, neste trabalho serão abordadas as relações comerciais e conflitos envolvendo comerciantes e autoridades na fronteira peruano-brasileira entre os anos de 1840 a 1860.

Migração? Para a Favela não! Migração e cidadania da população de pretos e pardos no Pós-abolição. Vale do Paraíba e Baixada fluminense, RJ (1888-1940)

Carlos Eduardo C. da Costa

A presente comunicação pretende apresentar os primeiros resultados da pesquisa sobre a migração e o acesso à cidadania de pretos e pardos, no Rio de Janeiro, no período compreendido entre 1888 e 1940. Centraliza-se, prioritariamente, a análise no Município de Valença, local este que concentrou, no último quartel do século XIX, uma parcela expressiva de cativos no Sudeste cafeeiro. Ao longo da Primeira República, com o declínio do café, novos investidores ampliaram a produção de gado e eucalipto que avançaram sobre as pequenas roças, conquistas ainda da escravidão. Somado a isso, deve-se questionar quais os parâmetros políticos que permitiram, em certa medida, a permanência e/ou expulsão, dos mesmos, das fazendas. A partir do cruzamento da análise serial do Registro Civil de Nascimento de Nova Iguaçu com entrevistas de descendentes de escravos, concluiu-se que muitos libertos só migraram do Vale do Paraíba, durante a década de 20 e 30 do século XX, e se dirigiram, em boa parte, para a região da Baixada Fluminense, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Pode-se apontar, dentre outros fatores, a produção de laranja, a possibilidade aberta da diversificação dos arranjos de trabalho e a possibilidade de adquirir pequenas propriedades, ao entorno do atual Município de Nova Iguaçu, como possíveis motivações para a escolha dessa região. Essa experiência assemelha-se ao encontrado na Jamaica e em Cuba, por Thomas Holt e Rebecca Scott, respectivamente. Busca-se neste trabalho demonstrar o processo migratório, assim como a inserção social, através do trabalho, da população de pretos e pardos, do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, esta pesquisa contribui para a análise do pós-abolição nas Américas.

Arranjo espacial da acumulação econômica dos negros livres do Rio de Janeiro (Brasil) e Richmond (Virgínia, EUA) em meados do século XIX

Carlos Eduardo Valencia Villa

Este texto estuda a economia autônoma dos negros livres nas cidades de Richmond (Virgínia, EUA) e do Rio de Janeiro (Brasil) em meados do século XIX e se pergunta sobre as diferenças e semelhanças na distribuição espacial da acumulação econômica. A hipótese é que os dois casos são semelhantes em termos da relação entre a acumulação econômica e a localização da moradia. Porém, as características diferentes do urbanismo em cada cidade influenciaram nas quantidades de acumulação porque favoreceram (ou restringiram), algumas das atividades econômicas desses indivíduos. Para testar a hipótese se usam os censos, as listas de impostos, os directórios e almanaques comerciais, as cartas de alforria, as escrituras cartoriais e mapas históricos. Além, se fazem análises estatísticas e especificamente de clusters.

Revisitando o Protecionismo de Friedrich List

Carlos Henrique Lopes Rodrigues

Este artigo tem como objetivo retomar o diagnóstico e as proposições que o autor alemão Friedrich List faz para que as Nações que ainda não implementaram sua industrialização a façam, através de medidas protecionistas estabelecidas pelo Estado. A partir do estudo da História Econômica dos países industrializados List constata que o processo de desenvolvimento desses países ocorreu com uma forte intervenção estatal e não através do liberalismo econômico como defendia a teoria vigente. Desta forma,

recorrermos ao pensamento econômico deste autor nos parece possibilitar uma maior compreensão do debate acerca do protecionismo que até hoje gera muitas discussões e divergências.

Escravidão miúdo: força de trabalho escrava em pequenas unidades de produção – São José do Rio das Mortes, Minas Gerais, passagem do século XVIII para o XIX

Carlos de Oliveira Malaquias

Ao longo do século XIX a província de Minas Gerais tinha o maior plantel escravista do Império; porém, quase dois terços dos proprietários de escravos tinham cinco ou menos desses trabalhadores, o que nos leva a contemplar um cenário econômico composto por unidades produtivas de tamanho modesto em que a força de trabalho escrava era muitas vezes complementar e conjugada a outros tipos de trabalho. A presente comunicação discute e analisa o uso e as características da força de trabalho escrava alocada em pequenas unidades produtivas na freguesia mineira de S. José do Rio das Mortes entre fins do século XVIII e a quarta década do século XIX. Interessa conhecer o sexo, a origem, as idades, as profissões e a capacidade de trabalho dos escravos que viviam em pequenos planteis a fim de especular sobre a capacidade produtiva do pequeno produtor, seus rendimentos e sua participação no mercado, notadamente o mercado de escravos. Como fontes para este estudo, tomam-se duas listas nominativas, uma de feitura eclesiástica, datada do ano de 1795, e outra elaborada pela administração civil no ano de 1831. Ambas arrolam todos os moradores da localidade com base em seus domicílios e discriminam criteriosamente a população livre e escrava, além de informar os laços que ligam os habitantes de cada lar, as idades, sexo e ocupação da população. Como uma das listas situa-se temporalmente no fim do período colonial e a outra nos primeiros anos do Império, pretende-se discutir as transformações nos perfis dos pequenos planteis de escravos, bem como as estratégias senhoriais de composição das escravarias em diferentes contextos.

Marcos Históricos da Presença do Estado na Economia Amapaense

Charles Chelala

O presente artigo se propõe a resgatar o processo evolutivo da presença do Estado na socioeconomia do Amapá. Justifica-se pela observação de significativos indícios locais de manifestação estatal que situam o Amapá como a unidade da Federação na qual é mais significativa esta presença, tanto sob a ótica do Produto Interno Bruto, da quantidade relativa de servidores públicos, da massa salarial do funcionalismo, entre outros. Desta forma, o Amapá se configura como lócus privilegiado para se estudar um dos temas mais controversos da ciência econômica: a relação entre Estado e Economia. Analisando a evolução histórica do Amapá, observa-se que o Estado manifestou-se como protagonista em todos os momentos: na fase pré-autonomia, por meio de consolidação geopolítica e ocupação territorial, pontuada pela construção da Fortaleza de São José e pela consolidação de vasto território fronteiriço contestado pelos franceses. Na etapa "Território Federal" esta manifestação estatal se viu nas interações com empreendimentos privados, notadamente com o primeiro grande projeto mineral da Amazônia, o manganês em Serra do Navio, além do complexo industrial do Jari. Na fase contemporânea, o Estado intervém na economia amapaense com a utilização de instrumentos de política econômica, caracterizando-se esta como errática e de eficácia contestável, como tem se revelado a implantação de Regimes Aduaneiros Especiais ou mesmo a omissão política de fomento industrial no Estado. Deste resgate se conclui que a expressiva presença estatal pode não representar um Estado forte. A "força" de um Estado manifesta-se fundamentalmente pela eficácia de

suas políticas públicas ou mesmo pela capacidade de desenvolvimento do capital social local. Assim, nem sempre o Estado "grande", deve ser presumido como "forte". Ao contrário, no caso do Amapá, há mais indícios de vulnerabilidade do Estado do que de força, constatação que se evidencia nos marcos históricos estudados.

Marcos Históricos da Presença do Estado na Economia Amapaense

Cláudia Chelala

O presente artigo se propõe a resgatar o processo evolutivo da presença do Estado na socioeconomia do Amapá. Justifica-se pela observação de significativos indícios locais de manifestação estatal que situam o Amapá como a unidade da Federação na qual é mais significativa esta presença, tanto sob a ótica do Produto Interno Bruto, da quantidade relativa de servidores públicos, da massa salarial do funcionalismo, entre outros. Desta forma, o Amapá se configura como lócus privilegiado para se estudar um dos temas mais controversos da ciência econômica: a relação entre Estado e Economia. Analisando a evolução histórica do Amapá, observa-se que o Estado manifestou-se como protagonista em todos os momentos: na fase pré-autonomia, por meio de consolidação geopolítica e ocupação territorial, pontuada pela construção da Fortaleza de São José e pela consolidação de vasto território fronteiriço contestado pelos franceses Na etapa "Território Federal" esta manifestação estatal se viu nas interações com empreendimentos privados, notadamente com o primeiro grande projeto mineral da Amazônia, o manganês em Serra do Navio, além do complexo industrial do Jarí. Na fase contemporânea, o Estado intervém na economia amapaense com a utilização de instrumentos de política econômica, caracterizando-se esta como errática e de eficácia contestável, como tem se revelado a implantação de Regimes Aduaneiros Especiais ou mesmo a omissa política de fomento industrial no Estado. Deste resgate se conclui que a expressiva presença estatal pode não representar um Estado forte. A "força" de um Estado manifesta-se fundamentalmente pela eficácia de suas políticas públicas ou mesmo pela capacidade de desenvolvimento do capital social local. Assim, nem sempre o Estado "grande", deve ser presumido como "forte". Ao contrário, no caso do Amapá, há mais indícios de vulnerabilidade do Estado do que de força, constatação que se evidencia nos marcos históricos estudados.

Para além dos muros da Companhia Brasileira de Energia Elétrica: os Guinle no Centro Industrial do Brasil e na Associação Comercial do Rio de Janeiro

Cláudia Regina Salgado de Oliveira Hansen

O "Grupo Guinle", um grupo de negociantes brasileiros, investiu no setor de energia elétrica no Brasil no final do século XIX e início do XX, especialmente através da fundação e atuação da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE). Nesse trabalho analisamos a participação do "Grupo Guinle" em duas associações de Classes: uma dos industriais, o Centro Industrial do Brasil (CIB); e uma dos comerciantes, a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Partimos do pressuposto de que esse grupo que chamamos "Grupo Guinle", para colocar em prática seus projetos ligados ao setor de eletricidade e contribuir, como ocorreu, para o desenvolvimento dos serviços públicos de eletricidade no Brasil, teve que se articular e se organizar para além dos muros da empresa. Para a realização dessa análise, utilizamos vasta documentação dessas associações, tais como: boletins, relatórios, revistas, atas de assembleias, etc., buscando mapear a presença e participação dos sócios da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE) nessas associações. Conseguimos, especialmente em relação a associação dos industriais o CIB -, comprovar que a participação do "Grupo Guinle" foi muito significativa, pois alguns de seus membros chegaram a ocupar altos cargos

diretivos na associação. E ainda, constatamos em relação à disputa da CBEE contra a canadense The Rio de Janeiro Tramway Light and Power pelo mercado de eletricidade da cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX, que Jorge Street, um dos presidentes do CIB e um dos membros do "Grupo Guinle", tentou defender, através da posição que assumia no CIB, os interesses da CBEE.

Apontamentos sobre a periodização dos modos de produção no debate marxista: teoria e política da transição.

Daniel Augusto Feldmann

Neste texto pretendemos resgatar elementos do debate sobre a periodização dos modos de produção no campo do marxismo. Inicialmente, discorreremos sobre a problemática exposta por Marx, tendo como eixo principal seu texto dos Grundrisse "Formações Econômicas Pré-Capitalistas" (FORMEN), texto que permaneceu virtualmente desconhecido até 1952, e que teve sua primeira tradução para o inglês em 1964, quando foi publicado conjuntamente com a famosa introdução de Eric Hobsbawm. A seguir, teceremos algumas reflexões sobre a tortuosa discussão teórica sobre a periodização que atravessou o marxismo no século XX. Buscaremos enfatizar um aspecto que julgamos central neste debate: A necessidade (ou não) do desenvolvimento acentuado das forças produtivas e da consolidação de relações de produção plenamente capitalistas para a transição ao socialismo. Diante da amplitude de obras sobre o tema e também em função dos limites de uma breve contribuição, optamos por circunscrever nossas observações em alguns momentos específicos do debate. Mencionaremos em especial algumas discussões em torno do "modo de produção asiático" que aparecem no seio da Terceira Internacional nos anos 20/30, anteriores à difusão das FORMEN, mas que também são retomadas na posterior contribuição de autores como Hobsbawm, Sofri e Mandel, estas últimas já informadas pela publicação do texto de Marx. Acreditamos que com tal recorte é possível jogar luz sobre a problemática supracitada. Por fim, em nossas considerações finais, sugeriremos caminhos de reflexão que julgamos importantes para o debate atual sobre a periodização dentro do pensamento marxista.

A cidade e Ferrovia: considerações sobre a repercussão da Mogiana no município de Igarapava (1905-1940).

Diego Lopes de Campos

O presente trabalho tem como escopo lançar novas luzes, que subsidiem um mais acurado estudo sobre o complexo cafeeiro e os seus desdobramentos na sociedade paulista. A expansão ferroviária que se articulou, no Estado de São Paulo, a partir de meados de 1880, em face do desenvolvimento da atividade cafeeira trouxe consigo um novo ritmo ao cotidiano destas novas áreas de cultivo, contribuindo decisivamente no processo de modernização destas novas cidades ao longo de seus trilhos. Nesta perspectiva, os novos ramais ferroviários serviram de ligação entre as áreas produtoras e os portos exportadores. Os novos entroncamentos férreos possibilitaram maior circulação de pessoas e mercadorias nestas regiões de difícil acesso. Grandes companhias como a Mogiana, a Paulista e Sorocabana desempenharam papel de relevância dentro deste processo de desbravamento do sertão paulista. As cidades que conseguiram atrair a ferrovia sofreram os impactos desta nova dinâmica imprimida pelo incremento da sociabilidade capitalista no seio de suas relações sociais. Os trilhos possibilitaram a criação do espaço urbano em áreas de entroncamento de ramais ou até ampliação do lócus citadino em regiões, que eram previamente povoadas. Isso dentro do conceito de complexo cafeeiro, que confere ao capital cafeeiro a importância gestora e motriz das relações capitalistas, brasileiras. Apesar de uma produção

insipiente de café, em comparado a municípios como Ribeirão Preto e Sertãozinho que se vocacionaram como grandes produtores cafeeiros Igarapava faz parte da gama de municípios que vieram a sofrer as transformações imposta pela expansão cafeeira e a chegada da ferrovia. O trabalho presente, inclusive, desenvolve exemplos este impacto gerado pela chegada dos trilhos, no município, traduzindo-se em obras públicas, desenvolvimentos das atividades urbanas: como criação de escolas, jornais, teatros, hotéis, hospitais, o que seria em última instância a racionalização da vida humana, em sociedade.

O EMBATE ENTRE DUAS VIAS DE FORNECIMENTO DE CANA-DEAÇÚCAR PARA A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE GOIÁS

Divina Aparecida Leonel Lunas Lima

O estudo demonstrou em Goiás a existência de um embate entre duas vias de produção para o fornecimento da matéria-prima para as agroindústrias canavieiras. Nas pesquisas feitas nas entidades representantes do setor agrícola goiano e de fornecedores de cana, constatou-se que existem dois modelos de expansão do setor sucroalcooleiro no Estado. O primeiro modelo foi considerado atrasado pelas entidades, pois privilegia a posse da terra por parte das fábricas, seja pelo arrendamento, seja pela compra de terras pelas empresas deste setor. Na percepção das entidades, este modelo provoca a decadência econômica dos demais setores econômicos e comerciais dos municípios. Os municípios de Santa Helena de Goiás e Maurilândia foram citados por diversas entidades como exemplo deste modelo atrasado. Os dados indicaram que em Goiás há o predomínio da via tradicional de abastecimento, gerando um embate entre as entidades de classes dos produtores rurais que procuram incentivar a outra via. Ressalta-se, ainda, que através da participação de reuniões conduzidas pela Comissão de Cana-de-Açúcar da FAEG foi percebido nas conversas informais com os produtores rurais, que alguns consideram a possibilidade de montagem de agroindústrias canavieiras. Segundo os mesmos, a posse da terra seria o fator principal para a montagem desta agroindústria. Percebe-se que mesmo entre as classes de produtores rurais o entendimento é que a via tradicional é a melhor opção para a estratégia da agroindústria canavieira, quando eles são os possíveis investidores. Por isso, entende-se que para uma alteração no modelo tradicional há a necessidade de um planejamento do setor público, seja ele federal ou estadual, que possibilite e incentive o modelo novo, com a presença do fornecedor autônomo para as agroindústrias canavieiras.

Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX

Edson Trajano Vieira

Na história econômica do capitalismo, a busca pelo desenvolvimento econômico sempre esteve associada à industrialização. Entretanto, com a internacionalização da produção e a inovação tecnológica mais intensa, a industrialização não resolveu o problema do subdesenvolvimento. A produtividade econômica não resultou na produtividade social. O objetivo desse trabalho foi analisar essa relação entre industrialização e desenvolvimento e os limites das políticas públicas regionais. Em especial, como ocorreu em escala regional no Estado de São Paulo e, sobretudo, no Vale do Paraíba paulista, após a segunda guerra mundial. A partir do levantamento de séries de informações quantitativas históricas foi possível concluir que as políticas de desenvolvimento econômico no Vale do Paraíba tiveram êxito em relação ao crescimento econômico, mas falharam em relação ao processo de distribuição espacial da renda, com uma concentração ainda maior depois dessas políticas na década de 1970, por conta da redução do efeito de transbordamento para as demais áreas vizinhas. Observou-se, também, ineficácia dos modelos de desenvolvimento regional, pois

houve redução do efeito multiplicador dos investimentos, no vale do Paraíba paulista, onde a industrialização ficou limitada a uma microrregião. Conclui-se, portanto, que há necessidade de serem incluídas novas variáveis, na busca qualitativa, que ultrapassem a barreira econômica, já que se entende que o desenvolvimento econômico envolve outras variáveis, além das econômicas. A política de desenvolvimento regional deve ser repensada e reclassificada em outras categorias, como nas realizações feitas com os recursos disponíveis na busca das melhores condições de vida, no estabelecimento de valores conforme a cultura local, nas relações sociais entre os indivíduos da região e, principalmente, na busca dos valores além dos econômicos. Não há necessidade de modelos econométricos de desenvolvimento econômico regional, mas de ações que favoreçam as políticas endógenas nesse mundo econômico cada vez mais global e de que demanda responsabilidades sociais locais.

As maquiladoras mexicanas: uma frágil opção de modelo de desenvolvimento

Elena Soihet

A globalização tem acentuado a grande assimetria existente entre o chamado mundo desenvolvido e os países periféricos e também estimulado o aparecimento dos blocos regionais. O México tem uma peculiaridade, pois foi um dos primeiros países em desenvolvimento a integrar um "superbloco", o NAFTA, e como tal foi prometido estender a ele as vantagens da integração aos mercados dos EUA e do Canadá. Além disso, desde que se iniciou sua estratégia de liberalização, sua opção de desenvolvimento foi via exportadora. A concorrência com a supercompetitiva economia chinesa a partir de 2002 com a entrada da China na OMC ameaçou a indústria mexicana, sobretudo as indústrias maquiladoras. Nossa conclusão chama a atenção que a liberalização comercial indiscriminada com ênfase nas maquilas, é uma opção frágil como modelo industrial.

SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO: RACIONALIDADE VERSUS IDEOLOGIA

Elson Rodrigo de Souza-Santos

O objetivo do trabalho é comprar dois momentos marcantes do setor petrolífero brasileiro. Um é o ambiente que impulsionou a regulamentação do setor na década de 1950 que redundou no estabelecimento do monopólio estatal e criação de um monopolista oficial: a Petrobras. O outro é a discussão atual sobre os novos marcos regulatório das jazidas petrolíferas do Pré-Sal que constituem propostas para complementar a "Lei do Petróleo" de 1997 em busca de maior aproveitamento pela sociedade dos recursos provenientes da sua exploração. Dessa forma, observar as diferenças na natureza da discussão e amadurecimento na sociedade e governo.

A construção dos caminhos da erva-mate em Santa Catarina: combinação e sobreposição de transportes

Fábio Farias de Moraes

O complexo ervateiro caracterizou-se como atividade econômica originária do Planalto Norte e Norte catarinense. Desde o último quartel do século XIX até meados da década de 1940, esse complexo constituiu-se como principal indutor da renda e de novos investimentos naquela região. Formou-se, então,

um sistema de transportes com investimentos estatais e privados em que os elementos, sobrepostos, ora combinavam-se, ora subordinavam e excluía uns aos outros. A navegação fluvial, nos rios Iguaçú, Negro e Canoíhas, a descida da serra pela estrada Dona Francisca até Joinville e o segundo trajeto via fluvial pelo rio Cachoeira até o porto de São Francisco formaram a primeira combinação de estruturas de transporte da erva mate no Estado. A ferrovia, após a entrada em operação da Linha São Francisco, em 1913, e que viria ligar Porto União ao porto de São Francisco, substituiu as outras vias em sua maior parte e as submeteu a condição de transporte secundário. Não obstante a modernização sofrida nos transportes até São Francisco do Sul, o porto teve de se adequar ao desembarque crescente de erva mate e madeira vindos de cima da serra e destinados ao mercado externo. Assim, constantes obras de ampliação da capacidade de escoamento de carga dos trapiches privados na Baía da Babitonga e outras obras com recursos públicos seguiam a expansão das atividades ervateiras. Este sistema integrado de transporte promoveu a transformação das economias naturais em economias mercantis, dentro do padrão agrário-mercantil-exportador. Os caminhos da erva mate contribuíram também para a fixação de colonos na região e para a diversificação dos investimentos, seja pelo alcance a mercados longínquos ou estímulo ao fluxo de mercadorias na própria região, seja pela necessidade de criação de indústrias que os abasteciam.

Memória Crítica das primeiras reflexões de Maria da Conceição Tavares: um ensaio historiográfico

Fábio Padua dos Santos

O presente ensaio procura demonstrar como a reflexão de Maria da Conceição Tavares sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil foi se formando no período que compreende sua experiência na Cepal até a sua tese de livre-docência (1960-1974) a partir da dialógica entre: a visão histórica da formação econômica do Brasil que ela possuía; os rumos possíveis da economia brasileira no contexto sóciopolítico no qual a autora estava inserida (a crise econômica de 1963, seus desdobramentos e o Golpe Militar); e o horizonte de expectativa da autora (o fim do regime ditatorial e o restabelecimento pleno da democracia). Para tanto, o texto está dividido em três seções além da introdução. Na seção II, "gênese de um espírito reflexivo: a formação da economista Maria da Conceição Tavares", busca-se apresentar as memórias da autora a respeito de sua vida na Europa e no Brasil entre o segundo e terceiro quartel do século XX, destacando como o espaço de experiência da autora estimulou e condicionou a formação de seu espírito reflexivo apaixonado e atento às questões econômicas do Brasil. Na seção III, "a produção intelectual de Maria da Conceição Tavares": expõe-se uma breve resenha dos trabalhos selecionados atento ao modo como a autora, a partir do enfoque histórico-estrutural, forma uma visão da evolução da economia brasileira e a redefine a partir das conjunturas políticas e econômicas na qual o Brasil e a autora se encontravam. Por fim, nas considerações finais, alguns apontamentos a respeito das continuidades e descontinuidades na reflexão da autora são indicados. Destacase sua fidelidade à atitude cepalina diante do conhecimento e do modo como os cepalinos apreendiam a realidade, bem como sua crítica à raiz da reflexão cepalina ao abandonar o conceito de "substituição de importações" pela denominação "industrialização restringida".

MALHARIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO: História de uma Empresa Pioneira no Vale do Paraíba Paulista – Jacareí

Fabio Ricci

O objetivo deste artigo é sintetizar o estudo realizado sobre a história da empresa têxtil Malharia Nossa Senhora da Conceição, pioneira na fabricação de meias finas na América Latina, sediada na cidade de

Jacareí – SP. Ela foi fundada em 1879, por Luiz Simon e, a partir de 1944, passou a pertencer à família Haddad. A relevância do estudo está no fato de ser uma empresa centenária, ainda ativa, que permitiu a análise do modelo de industrialização brasileira através da sua história. Ao longo de sua trajetória, comprovou-se que as principais características da Malharia foram: a visão estratégica para buscar oportunidades, a inovação e a qualidade. A empresa conquistou espaço no mercado, mesmo em épocas de crise. Utilizou das mais avançadas tecnologias para a produção de meias e buscou a qualidade para diferenciar os seus produtos no mercado. No transcorrer de sua existência, a qualidade dos produtos gerou o reconhecimento através de diversos prêmios e homenagens recebidos. A inovação foi demonstrada pelo seu pioneirismo na produção de diversos produtos. Isso evidenciou a prosperidade dessa fábrica através de sua tradição consolidada por mais de um século de existência e de sua permanência no mercado até os dias atuais. Para a elaboração deste trabalho, fez-se um levantamento bibliográfico sobre o assunto; uma pesquisa documental no acervo da Malharia Nossa Senhora da Conceição e da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e uma entrevista com o principal executivo da organização. O levantamento dos dados sobre a trajetória da empresa tem grande importância porque foi elaborado, por meio de um trabalho consistente de crítica e de seleção de informações que se apresenta como um instrumento que contribuirá para uma melhor compreensão da história da empresa, da região em que ela atua e do próprio país.

Filosofia da Ciência, Realismo Crítico e Teoria Pós-Keynesiana.

Fabírcio Jose Missio

O trabalho é um survey que resgata alguns dos debates travados no âmbito da filosofia da ciência, desde o positivismo lógico até o realismo crítico, a partir dos críticos mais referidos nesses debates, a saber, Popper, Kuhn e Lakatos. Posteriormente, apresenta-se a filosofia crítico-realista de Tony Lawson, sobretudo, a partir do *Economics and Reality* (1997). Como apontado neste trabalho, existe um crescente número de contribuições que envolvem uma estrutura realista igual ou semelhante à defendida pelo autor, que não só contribui no campo da economia na qualidade de teoria social, incluindo a metodologia econômica, mas também em muito daquilo que é interpretado como contribuição dos programas de pesquisas. Alguns trabalhos pós-keynesianos nesse sentido foram publicados no *Journal of Post Keynesian Economics* (1999). Sendo assim, o objetivo do trabalho é retomar os argumentos que integram o realismo crítico de Lawson e sua inter-relação com a teoria pós-keynesiana, a partir de uma análise dos referidos trabalhos. As conclusões mostram que a crítica principal do realismo crítico recai sobre a característica reconhecida como essencial do projeto mainstream, qual seja, a aderência ao dedutivismo formal e a sua insistência sobre a universalidade desta aplicação, que pressupõe (para sua legitimidade) que o mundo social é sempre fechado e a regularidade dos eventos é onipresente. Então, em linha com o realismo crítico, o pós-keynesianismo se opõe a esta concepção na medida em que reconhece que o mundo não é sempre fechado; que a regularidade dos eventos não são onipresentes; e que, em geral, o mundo é aberto e sujeito somente a fechamentos localizados (usualmente experimentais). Ademais, mostra-se que a ênfase sobre a incerteza, os processos históricos e a escolha real revelam o compromisso do pós-keynesianismo com algo aberto, estruturado e ontologicamente dinâmico, tal como elaborado e sistematizado dentro da abordagem do realismo crítico.

Escolhas Livres ou Cativas: estratégias no compadrio escravo na região dos Campos Gerais no Paraná

Fernando Franco Netto; Mariani de Oliveira; Larissa Pachechne

Os arquivos eclesiásticos na região dos Campos Gerais do Paraná são ricos em documentos relacionados com os registros de batismos de escravos, principalmente durante grande parte do período imperial. Guarapuava e Castro foram importantes localidades de passagem das tropas a fim de abastecerem a região sudeste com o gado proveniente da região sul. Esses registros ajudam-nos a conhecer melhor as estratégias adotadas pelos cativos e pelos senhores de escravos quanto às alianças de parentesco. O trabalho sugere que a relação de compadrio entre os negros, os pardos e os libertos estavam relacionados com a manutenção e ampliação da comunidade. Como a região possuía pequenos proprietários de escravos, o compadrio se tornou estratégico na busca de proteção por parte dos escravos, bem como na manutenção do controle dos cativos, por parte dos senhores. Com isto, verifica-se também uma parcela importante de padrinhos livres no conjunto dos batismos, reforçando os aspectos de dominação e da reprodução da hierarquia social.

A concessão de terras urbanas e o poder local em São Paulo colonial: uma interpretação patrimonialista

Fernando V. Aguiar Ribeiro

Esse trabalho pretende compreender as relações entre o grupo político local dominante, representado pelos oficiais de Câmara Municipal, e a concessão de terras urbanas. Para tanto, examinamos as Atas da Câmara de São Paulo, Registro Geral da Câmara e as Cartas de Datas de Terra de São Paulo. Essas fontes documentais foram cruzadas e analisadas através do aplicativo estatístico SPSS. Adotando uma abordagem quantitativa, pudemos melhor compreender a estrutura do poder local em São Paulo, caracterizada por relações de cunho patrimonialista. Relações essas que marcaram o processo de urbanização do núcleo urbano e a colonização do planalto antes de 1765.

O Papel dos EUA e da URSS na Reconstrução do Estado Alemão na República de Weimar

Flávio Schluckebier Nogueira

O presente trabalho analisa o papel dos EUA e da URSS na reconstrução do Estado Alemão durante a República de Weimar (1918-1933). Para tal, examina as imposições feitas a partir do Tratado de Versalhes, observando que as perdas territoriais e os pagamentos em espécie, fizeram com que a República de Weimar, de início, apresentasse um Balanço de Pagamentos deficitário, constituindo a principal causa do período inflacionário que vai de 1918 a 1923. As imposições referentes ao exército alemão reduziram drasticamente o seu poder bélico, o impossibilitando de garantir a segurança e a integridade territorial da Alemanha. A superação de tais dificuldades era condição essencial para que a Alemanha reconstruísse seu poder econômico e militar para, assim, voltar a ter papel relevante no cenário internacional. Esse texto analisa como os EUA, através de seu capital, ajudou na reconstrução do poder econômico alemão, proporcionando o encerramento do período inflacionário e o início de uma prosperidade que perdurou até a crise de 1929. Pelo lado do poder militar, examina a importância da URSS para reconstrução do mesmo, demonstrando a importância do pacto militar germano-soviético, tanto na manutenção do território alemão como na preparação militar do seu exército, ao fornecer meios para o mesmo contornar as cláusulas do Tratado de Versalhes.

Cabo Verde e a Senegâmbia na formação do circuito Atlântico de tráfico de escravos

Francisco Aimara Carvalho Ribeiro

Este trabalho tem por objetivo apresentar o papel do arquipélago de Cabo Verde e da região africana da Senegâmbia na montagem e consolidação do circuito Atlântico de tráfico de escravos nos séculos XV e XVI. As ilhas tiveram destaque enquanto entreposto de cativos, mas principalmente pela atuação de seus moradores como intermediários do tráfico atlântico para as ilhas da Madeira, Canárias, para a Península Ibérica e para a América, especialmente o Caribe e a América Central espanhola. Neste sentido, buscamos analisar as rotas e números do trato não somente como um fluxo de mercadorias, mas sobretudo como um gigantesco movimento populacional envolvendo milhares de indivíduos de culturas diferentes tendo consequências diretas na formação da florescente sociedade cabo-verdiana de então. As principais fontes utilizadas para o atual estudo são os dados de viagens negreiras constantes do Trans-Atlantic Slave Trade Database e os documentos compilados na Monumenta Missionaria Africana.

Recessão, déficits comerciais e política monetária -a luta portuguesa contra o esgotamento de seus cabedais em fins do XVII

Gabriel Almeida Antunes Rossini

Contradizendo muitos dos artigos pertencentes aos tratados internacionais firmados ao longo do século XVII, sobretudo com o Reino Unido -de forma direta e, sobretudo, indireta através da proibição do uso e comercialização de manufaturas estrangeiras -, Portugal reagiu frente à recessão econômica, pautada pela crise do açúcar, do tabaco e dos metais preciosos, que atribuiu os contornos mais definidos à segunda metade do século XVII. Para minorar as adversidades que enfrentava cuja expressão mais evidente era constituída pelos reiterados déficits de sua balança comercial, Portugal empreendeu uma política macroeconômica conformada por duas vertentes fundamentais. Por um lado, articulou uma legislação protecionista, a partir de 1668. Essa era destinada principalmente a coibir a importação de têxteis, tal política objetivava equacionar os déficits e promover as fábricas e manufaturas nacionais. Por outro lado, Portugal passou a direcionar esforços para minimizar as dificuldades decorrentes da fuga, do entesouramento e do cerceamento de seu numerário. Sem deixar de fazer as necessárias referências aos artifícios articulados em prol das fábricas e manufaturas portuguesas, o objetivo central do presente artigo é analisar a implementação e os resultados da política monetária portuguesa. Ao longo do texto, veremos a articulação do conjunto de medidas adotadas -legislação protecionista, diversos incentivos às fábricas e manufaturas nacionais, valorizações nominais, coibir o cerceio da moeda, a criação da Companhia da Guiné, etc. -que procuravam remediar a crise em curso que, dentre outras coisas, diminuiu severamente o meio circulante português dificultando desteastrocasmaisordinárias até a importação de gêneros essenciais para a subsistência do povo português.

A vila de Rio Grande e seu porto: mercadorias, rotas e agentes mercantis (primeira metade do século XIX)

Gabriel Santos Berute

Na presente comunicação exponho resultados obtidos na investigação do comércio da província rio-grandense na primeira metade do século XIX. Através da análise dos registros de entrada e saída de embarcações no porto de Rio Grande, identifiquei quais eram seus parceiros mercantis, os principais produtos comercializados e de que forma atuavam os agentes envolvidos. A partir destas definições

procurei observar possíveis modificações nas características destas transações e nas vinculações com as demais praças mercantis em relação ao período colonial. Nas primeiras décadas do século XIX a província do Rio Grande de São Pedro do Sul mantinha laços mercantis estreitos com o Rio de Janeiro, mas com a abertura dos portos e o processo de independência, seus parceiros comerciais começaram a se diversificar. Assim passaram a ser realizadas transações mercantis diretamente com diferentes portos na Europa e nos Estados Unidos através do porto de Rio Grande. Quanto aos produtos, a economia rio-grandense permaneceu como fornecedora de charque para o mercado interno e de couros, uma vez que os gados e seus derivados compunham a maior parte das exportações, enquanto o sal e os escravos eram os principais produtos importados. Por fim, parte dos agentes mercantis envolvidos participavam concomitantemente da importação e exportação dos principais produtos comercializados no porto de Rio Grande. Além disso, foi possível observar que os comerciantes luso-brasileiros passaram a enfrentar a concorrência de comerciantes estrangeiros estabelecidos na província, principalmente nas transações envolvendo portos fora do Império do Brasil.

O nacionalismo econômico e o desenvolvimentismo do tenente Juarez Távora (1930-1934)

Guillaume Azevedo Marques de Saes

O objetivo deste trabalho é estudar as posições de Juarez Távora, principal portavoz do movimento tenentista no pós-1930, a respeito de questões econômicas e do desenvolvimento brasileiro. Com base na análise de seu projeto constitucional apresentado na Assembléia Constituinte de 1933-34, de suas propostas para uma revisão tributária apresentadas em dezembro de 1932 e de sua atuação à frente do Ministério da Agricultura no governo provisório de Getúlio Vargas entre dezembro de 1932 e julho de 1934, procuraremos interpretar o pensamento nacionalista e desenvolvimentista deste representante de uma vanguarda política e intelectual das forças armadas brasileiras que em determinado momento histórico – o advento da era Vargas – decidiu assumir o papel de força dirigente da transformação do Brasil de país exportador de produtos primários em nação industrial. Como tentaremos mostrar, Juarez Távora foi, além de principal liderança da segunda fase do tenentismo – quando o movimento deixou de lado seu projeto reformista liberaldemocrático voltado essencialmente para uma moralização das instituições republicanas para adotar um projeto voltado em grande parte para as questões sócio-econômicas –, um representante típico de uma oficialidade militar do mundo sub-desenvolvido que em determinado momento histórico decide assumir, na falta de uma burguesia com envergadura suficiente, o papel de força dirigente do desenvolvimento econômico de seu país com o objetivo de fazê-lo superar seu estágio agrário e de promover sua passagem para uma etapa industrial. Este trabalho é parte de nossa pesquisa de doutorado sobre o projeto econômico dos militares brasileiros no longo período situado entre a rebelião militar contra o Império na década de 1880 e a derrubada do Estado Novo em 1945.

Industrial growth in São Paulo City (1866-1914): a study of the mortgage market's evidences Gustavo S. Cortes, Renato L. Marcondes

The objective of this paper is to show a relation between the mortgage credit market and the industrial activities in São Paulo City. The period that initiates in 1866 and finishes in 1914, starting year of the World War I (WWI), takes the whole phase of early Brazilian industrialization. After the Mortgage Legislation of 1864, which set the publication of mortgage credit operations in specific Mortgage Registration Books, it was possible to obtain more detailed information about creditors and debtors on the mortgage market, including the industrial firms of this period. The debate is inserted in a context of intense transformation of the Brazilian economy, which includes facts as: the expansions of coffee exportations, of urbanization

process, of investments in transportation infra-structure and technology, as well as the financial-monetary crisis of "Encilhamento" and the beginning of WWI. For the last two facts, the historiography has an important debate about their impact on industrial investment. According to the empirical evidences of our research, it was possible to obtain more evidences for each one. The main results are: (i) the native capital is preponderant in industrial mortgages, due to the fact that international creditors represent a minor part of 1.35% of industrial mortgage loans; (ii) the British capital represents 66.08% of all the international mortgaged value; (iii) there's a positive correlation between the value of the loan and the defined term, and a negative correlation between value and interest rates; (iv) industrial mortgagers have better financing conditions in relation to general mortgagers; (v) there was a considerable growth during Encilhamento's period, as well as an expressive decline at the end of the study's period, due to the antecedents of WWI.

Itinerários para o café no pós-1850: negociantes e fazendeiros na luta pela definição de uma política de transportes

Gustavo Alves Cardoso Moreira

A formação de uma malha ferroviária na província do Rio de Janeiro, a partir de meados do século XIX, atendeu a demandas econômicas muito expressivas. Tornar a rede regional de transportes mais eficiente significava minimizar o impacto causado pela ainda recente interrupção do tráfico atlântico de escravos. A construção de estradas de ferro, em particular a de D. Pedro II, que estabeleceu uma conexão direta entre os municípios mais dinâmicos na produção de café e a capital do Império, foi uma resposta aos interesses dos grandes plantadores escravistas, segmento mais influente da classe senhorial. Assim como outrora havia garantido aos fazendeiros, mesmo numa conjuntura internacional desfavorável ao tráfico, o suprimento contínuo de cativos, o Estado brasileiro, incentivando a criação de uma rede moderna de comunicações, voltava a salvaguardar os privilégios dos primeiros, que agora se viam perante os desafios originados da necessidade de poupar mão de obra. Entretanto, o projeto enfrentou resistências nada desprezíveis: de um lado, proprietários estabelecidos nas áreas beneficiadas pretendiam modificar o traçado das linhas de acordo com suas conveniências pessoais; de outro, negociantes das chamadas "vilas de comércio" da província, que não raro dispunham de uma considerável influência política, inclusive controlando diversas câmaras municipais, lutavam abertamente pelo cancelamento das obras, apresentando suas objeções ao Parlamento imperial.

Notas sobre o monopólio territorial e contratos de trabalho nas fazendas de café do Oeste Paulista (1850-1930)

Gustavo Machado Cavarzan

O presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução do padrão de apropriação de terras no oeste paulista a partir da Lei de Terras de 1850 na esteira da expansão cafeeira, e a influência exercida neste processo pelo modelo de expansão agrícola predatório e extensivo herdado da América portuguesa. Verificase que a Lei de Terras não teve aplicação expressiva principalmente em função da atuação dos representantes do capital cafeeiro paulista em três frentes: a violência contra pequenos posseiros, camponeses e comunidades indígenas; a fraude e a falsificação de títulos de propriedade; e a influência direta em cargos públicos de expressão. Diante disso, o fato é que a apropriação territorial por posse continuou tendo papel importante nas áreas da grande empresa cafeeira em São Paulo, distorcendo o funcionamento do mercado de terras nos moldes previstos pela Lei de Terras de 1850. Procura-se mostrar ainda como o monopólio da terra obtido pelo capital cafeeiro teve papel importante na configuração das

relações de trabalho que predominaram no oeste paulista a partir da imigração européia maciça em fins do século XIX.

Açúcar, Tropeirismo e Mantimentos na economia da primeira metade do século XIX: a formação de um complexo açucareiro paulista?

Gustavo Pereira da Silva

Na primeira metade do século XIX, a capitania, depois província, de São Paulo passou por uma forte mudança econômica em virtude de a região deixar sua função de mercado abastecedor da demanda por gêneros de subsistência das Minas Gerais, e adentrar na economia açucareira como região exportadora de um gênero de grande busca nos mercados internacionais. A rápida disseminação dos engenhos por São Paulo e a liderança alcançada pelo açúcar em sua pauta de exportações se deram em concomitância com o fortalecimento do mercado de animais – principalmente os muars – e também da agricultura de alimentos. A questão que se coloca na análise do movimento ascendente da economia paulista entre 1800 e 1850 é se havia, ou não, nexos ou relações de causalidade entre a produção de açúcar, o comércio de animais e a cultura de alimentos. Tais nexos poderiam evidenciar a constituição de um complexo açucareiro paulista que teria precedido o complexo cafeeiro e dado a base para o grande salto de São Paulo na segunda metade do século XIX. Ou, de outra parte, à economia açucareira paulista tenha faltado as relações capitalistas apontadas por Wilson Cano como fundamentais à gênese do complexo cafeeiro.

Dessa forma, o texto buscará analisar a economia de São Paulo na primeira metade do século XIX e as relações estabelecidas entre as atividades principais desta economia: açúcar, comércio de animais/tropeirismo e agricultura de mantimentos.

Mitos Interpretativos da História Econômica Matogrossense

Ivana Aparecida Ferrer Silva

A maioria das interpretações da história econômica mato-grossense privilegiam os fatores externos, desconsiderando a importância dos fatores endógenos, o que gera pontos controversos nas análises sobre a formação socioeconômica estadual. O artigo busca identificar mitos decorrentes da pesquisa histórica: isolamento geográfico, vazio demográfico, abordagem do produto principal exportador e a violência. A distância geográfica, o isolamento e a baixa densidade populacional são considerados fatores que contribuíram para o tardio interesse nacional na interiorização do país. A abordagem do produto principal apagou parte da história econômica do Estado de Mato Grosso, no sentido em que atividades econômicas paralelas eram desconsideradas. A violência presente nas análises sobre a economia colonial aurífera mato-grossense, não é privilégio local, mas esteve presente também em Minas Gerais, principal pólo extrativo do ouro, e está associada a fatores mais gerais da história política brasileira, não se tratando essencialmente de "violência por si só", mas de descontentamentos entre habitantes e invasores, colonizadores e colonizados, era uma resposta a estrutura imposta pelo governo português. A compreensão da história econômica do Mato Grosso com foco nos acontecimentos endógenos e a importância da produção agropecuária e extrativista e dos circuitos internos de comercialização e abastecimento entre as regiões do Mato Grosso, em contraponto às interpretações focadas na visão capitalista européia predominante, permite revelar a identificação de interesses e ideologias existentes na estrutura social e econômica do Estado, e o reflexo da mesma na realidade atual.

Campeonato Brasileiro de Seleções: economia de um projeto nacional (1922-1932)

João Manuel Malaia (bolsista FAPERJ)

O presente trabalho propõe-se a fazer uma breve análise da estrutura dos primeiros campeonatos de futebol em nível nacional no Brasil, entre 1922 (ano das comemorações do Centenário da Independência início da competição) e 1932. O período estudado permite uma ampla reflexão sobre momentos importantes para a economia e política nacionais, na virada da Primeira República para o início da Era Vargas. Dentro de um contexto de rivalidades regionais latentes e enormes dificuldades econômicas em deslocar equipes de estados distantes entre si, como, por exemplo, o Pará e o Rio Grande do Sul, a estrutura dos chamados "campeonatos brasileiros de seleções" fugia à lógica das competições organizadas em outros países pioneiros na formação de competições esportivas rentáveis, como os Estados Unidos e a Inglaterra. O esforço dos dirigentes do futebol nacional para a organização de um torneio que congregasse as diferentes regiões de um país de tamanho continental será analisado em suas esferas econômicas (dando ênfase às dificuldades, possibilidades e possíveis ganhos de tais campeonatos), políticas (mostrando a relação entre as esferas de poder público com o esporte), sociais (analisando a divisão já latente entre a origem dos jogadores e dos dirigentes do futebol) e culturais (mostrando a importância de tais torneios na formação ou deformação de uma identidade nacional) com ênfase na cidade do Rio de Janeiro. O trabalho pretende mostrar como o futebol e os esportes podem ser profícuos no desenvolvimento de pesquisas em História Econômica, além de serem elementos importantes para o desenvolvimento de um setor importante da economia no capitalismo moderno, os espetáculos comercializáveis de massa. Para a execução do trabalho foram utilizados os periódicos da época, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro, além de bibliografia, mas principalmente os relatórios anuais da Confederação Brasileira de Desportos de 1926 a 1932.

Métodos, teorias e fontes no estudo dos colonos-ervateiros do antigo sul de Mato Grosso (1945-1970)

José Antonio Fernandes

A produção de erva-mate na região sul de Mato Grosso remonta ao fim do século XIX e perpassa quase todo século XX, destacando-se a presença da Companhia Mate Laranjeira, com seus arrendamentos em terras ervateiras, além de diversos outros produtores independentes da mesma, que viram sua importância aumentar, sobretudo, a partir da década de 1930, com as novas políticas impostas pelo Governo Vargas, e o enfraquecimento da Companhia Mate Laranjeira pela Marcha para Oeste. Com as políticas varguistas, no evento das chamadas frentes pioneiras, temos os migrantes que vieram principalmente do Nordeste de São Paulo em direção a CANDA – Colônia Agrícola Nacional de Dourados, onde tiveram contato com velhos ervateiros e se inseriram na lógica econômica regional. Nesse contexto, pensamos: o que usar como fontes? Como usar? Que caminhos percorrer? Que fórmulas teóricas melhor se encaixam, ou, então, devem ser repensadas para as especificidades do meu estudo? Eis uma sequência de perguntas que bem nos remete ao título do nosso artigo, "Métodos, teorias e fontes". Procuramos então construir a paisagem dos ervateiros no antigo sul de Mato Grosso, num período recortado entre 1945 e 1970, onde passam a aparecer os colonos da épica Marcha para Oeste de Getúlio Vargas, em meio a um mundo econômico dinâmico e ainda vivo. O que buscamos é compreender as interrelações entre o mundo ervateiro e o mundo das frentes pioneiras, os quais têm sido estudados, até o momento, de forma quase totalmente separada.

Transição política e gestão macroeconômica no Brasil Império: Os Gabinetes da Conciliação – 1853/1862

José Tadeu de Almeida

Este trabalho tem como meta resgatar alguns aspectos relacionados à gestão da estrutura macroeconômica do Brasil no chamado Segundo Império (1840-1889), principalmente no período compreendido entre os anos de 1853 e 1862, onde se verifica uma grande liderança política dos quadros filiados ao Partido Conservador, que foram capazes de conduzir um movimento de aproximação com membros mais moderados do Partido Liberal, denominado Movimento da Conciliação, como forma de engendrar a formação de governos de coalizão, reduzir o espaço de opinião de dissidências político-partidárias, e garantir a aprovação de projetos favoráveis ao progresso nacional.

A política econômica deste período, neste sentido, desenvolveu-se em sua maior parte sob a égide dos conservadores, cujo foco incidia constantemente sobre o equilíbrio orçamentário e pela manutenção da valorização da taxa de câmbio, como forma de evitar o recurso da emissão de moeda para sanear os gastos públicos, em sintonia com os preceitos do sistema do padrão-ouro, modelo internacional de paridade entre moedas adotado pelo Brasil em 1846.

Busca-se assim entender melhor este modelo – de natureza conservadora – de gestão da coisa pública, a partir da inserção de natureza periférica da economia brasileira ao padrão ouro-libra, então vigente, e elucidando ainda a vulnerabilidade do sistema monetário brasileiro no século XIX, e os impactos desta conjuntura sobre a ordem social. Por fim, procuramos enfatizar a necessidade de novas reflexões a respeito da gestão dos negócios do Império, levando em consideração a necessidade premente, conforme o pensamento da época, da construção de um Estado-nação.

Marc Ferrez & Filhos e as articulações da indústria cinematográfica brasileira (1904-1921)

Julio Lucchesi Moraes

O artigo busca refletir, pelo viés da História Econômica, a trajetória da firma Marc Ferrez & Filhos (MF&F) no período 1904-1921. A firma figurou como um dos mais importantes pontos na articulação dos diversos elos da cadeia produtiva cinematográfica brasileira no início do século XX, graças a sua condição de monopolista no mercado de importação e comercialização de equipamentos fílmicos e fitas das grandes produtoras européias do período (notadamente, das produtoras francesas Pathé e Gaumont). Em 1912, a MF&F uniu-se à Companhia Cinematográfica Brasileira (CCB), a mais importante cadeia exibidora do período, com sede em São Paulo e comandada pelo imigrante espanhol Francisco Serrador. Em troca dos direitos de comercialização de fitas européias, os irmãos Julio e Luciano Ferrez tornavam-se sócios da CCB (via participação acionária) e diretores da sucursal da CCB no Rio de Janeiro. Discordâncias levarão ao rompimento de relações da CCB e MF&F em 1915. O ano coincide com uma crise de fornecimento de fitas do mercado europeu por motivo da Grande Guerra e do primeiro grande fluxo de fitas norte-americanas nos cinemas nacionais. Queremos crer que uma reflexão histórico-econômica como a que aqui propomos contribui ao estado da arte das pesquisas sobre o tema já que analisa: (1) o funcionamento e as articulações da nascente indústria cultural brasileira, (2) as relações entre agentes locais com as grandes cadeias produtoras e distribuidoras internacionais (Pathé, Gaumont, Fox etc.). Toda nossa reflexão é baseada em análise da documentação contábil da firma Marc Ferrez & Filhos entre os anos 1904 e 1921 e de cartas

comerciais trocadas entre os empresários brasileiros Julio e Luciano Ferrez com fornecedores e produtoras européias, documentos estes pertencentes ao Acervo Família Ferrez e levantados para pesquisa de mestrado junto ao programa de História Econômica da Universidade de São Paulo com auxílio da FAPESP para o período 2009-2011.

Negócios capitais: uma análise dos agentes da praça comercial de Ouro Preto nas primeiras décadas da independência.

Leandro Braga de Andrade

Após a independência política do Brasil, em 1822, uma elite regional moldada nos tempos coloniais se apresentava como liderança para os processos políticos e econômicos que se seguiam. O objetivo aqui é compreender a conformação dos agentes da praça comercial de Ouro Preto, capital da província de Minas Gerais, como parte dessa elite. Passado o auge da mineração aurífera, as antigas vilas ou centros urbanos, fundadas em torno dessa atividade, continuaram funcionando como centros comerciais de dimensão regional, recebendo importados da Corte, da Europa e escravos da África, mas também escoando a produção regional. Esta realidade está situada no âmbito de consolidação do mercado interno, com a circulação de mercadorias e pessoas gerando configurações locais. Neste passo da pesquisa mapeamos os grandes comerciantes locais, suas casas de negócio e posição social na cidade.

A partir da atuação de um negociante e líder político local, um universo maior surgiu ao nosso alcance: a localização casa comercial, o domicílio familiar, as conexões mercantis, o crédito, a dívida, a demografia e perfil social do grupo de comerciantes, a propriedade de escravos e cargos políticos. Todos esses elementos concorreram para o posicionamento econômico e na hierarquia social, apontando para a necessidade de uma abordagem que entrelace tais aspectos. Para análise foram utilizadas Listas de habitantes, Licenças para casas de negócio, matrículas na Junta do comércio agricultura e fábricas do Rio de Janeiro, Registro de passaporte de escravos na polícia da Corte, Memorial Histórico e político da Câmara Municipal de Ouro Preto, entre outras referências.

Dinâmica Social e Econômica na Vila de Santa Cruz do Aracati: apontamentos sobre a produção e comércio de carnes secas na Capitania do Siará Grande (1746-1802)

Leonardo Cândido Rolim

O objetivo desta comunicação é problematizar a dinâmica social e econômica na Vila de Santa Cruz do Aracati -Capitania do Siará Grande -durante a produção e comercialização das carnes secas nas oficinas de salga na segunda metade do século XVIII. Procuramos analisar o processo de feitura deste produto da atividade pastoril evidenciando alguns pontos principais: a chegada do gado à Vila do Aracati, o corte das mantas, a salga e secagem da carne e o aproveitamento do couro. Dar maior evidência a tais pontos não significa desprezar atividades também fulcrais como o abate do boi, o transporte do sal até as oficinas, o corte de lenha nos manguezais para espichar o couro, a vigilância em torno das rezes e das mantas durante a secagem, além da importante movimentação comercial no Porto dos Barcos da Vila. A produção e o comércio das carnes secas implicavam na intensificação da dinâmica da Vila do Aracati, a mais importante da Capitania do Siará Grande no século XVIII. Dialogando com a perspectiva de centro e periferia no Império Ultramarino Português tentamos evidenciar as carnes secas produzidas na Vila de Santa Cruz do Aracati como itens essenciais para manutenção do tráfico de escravos com África, assim como dos interesses da elite comercial da Praça do Recife nos "portos do sertão" das Capitanias do Norte do Estado do Brasil.

Tendo em vista também a criação de gado na Ribeira do Jaguaribe, e seu posterior beneficiamento em carnes secas, como enraizamento dos interesses das elites comerciais portuguesa e luso-brasileiras.

A morte e os mortos da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (1780-1800)

Loyanne Dias Rocha

O presente trabalho busca investigar quais foram as atitudes e representações diante do trespasse expressas pelos "homens de cor" da sociedade de Ouro Preto setecentista. A análise dos rituais de morte no século XVIII, na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, entre o grupo social citado, se dará mediante a leitura paleográfica de testamentos (previamente selecionados) produzidos entre 1780 e 1800. Adota-se ainda como metodologia a análise quantitativa das referidas fontes, promovendo o entrecruzamento de dados brutos, tais como sexo, cor, condição social, com aspectos expressivos da religiosidade mineira do setecentos. O levantamento de dados quantitativos tem como objetivo ressaltar os padrões comuns de comportamento, análise esta aliada à abordagem qualitativa, por meio da qual pretende-se revelar as atitudes excepcionais. A população da capitania de Minas Gerais da segunda metade do XVIII foi marcada, dentre outros aspectos, pela inexistência de grandes plantéis, pela predominância de atividades urbanas e pela crioulização dos cativos. A partir dessa estrutura sócio-econômica diversa de outras regiões e que também sofreu alterações ao longo do período citado, é possível perguntar: em que medida tais alterações repercutiram sobre a expectativa dos homens e mulheres de cor da sociedade de Ouro Preto quanto a vida e, principalmente, quanto a morte? Como uma alteração de caráter econômico (especificamente a decadência da atividade aurífera) pode ter modificado a realização dos ritos funerários? Teria a crioulização da massa escrava promovido transformações nos modos de pensar, agir e sentir sobre a morte? Ao fazer dos rituais de morte da população de cor da Freguesia de Ouro Preto do século XVIII o objeto principal de análise, o presente trabalho pretende não só revelar como a transição para o além-túmulo foi encarada por estes homens e mulheres, mas também reconstruir aspectos da história social e cultural da população de Vila Rica.

Tropeirismo e criação de animais em São José dos Pinhais, Paraná, segunda metade do século XIX.

Luiz Adriano Gonçalves Borges

O presente texto se preocupa em analisar a criação de animais e o tropeirismo em uma área próxima a Curitiba, que é São José dos Pinhais, na segunda metade do século XIX. A grande região, conhecida como Campos Gerais foi uma importante zona de criação de animais, já que se encontrava na metade do Caminho do Viamão, o principal caminho que ligava as regiões do extremo Sul ao centro do país.

A vila São José dos Pinhais, porém, ficava na periferia deste caminho, e supostamente não teria a força criatória de vilas como Curitiba, Guarapuava ou Castro. Após passar por essas regiões, o gado era vendido em Sorocaba e depois distribuído para outros locais. Sabe-se que a segunda metade do século XIX, foi um período em que o Sul foi balançado por diversas guerras, o que pode ter afetado na distribuição na criação de animais nas províncias criadoras. Estudando casos a partir de inventários e testamentos busca-se entender a inserção dos indivíduos dessa vila no negócio de animais. Assim, o que se trata aqui é do panorama da criação de animais em uma região periférica dos grandes centros criadores e o peso dos

animais no conjunto dos bens locais, partindo do estudo de casos. Desta forma, pretende-se colaborar com o entendimento da estrutura econômica de uma região agrária.

A Arquitetura de uma crise: história e política econômica na Argentina, 1989 - 2002.

Luiz Eduardo Simões de Souza

A Argentina, no contexto latino-americano, de acordo com a literatura históricoeconômica, apresenta uma "regressão econômica secular"; processo esse que se intensificou desde parte da década de 1970, quando o país viveu sob uma Ditadura militar. Em meados da década seguinte, sob uma crise econômica aguda, com hiperinflação, e frente a uma das maiores dívidas externas do mundo, os governos argentinos democráticos tentariam algumas iniciativas de estabilização dos preços, as quais resultariam no Plano de Convertibilidade, em 1991. Nessa ocasião, o país adotou a paridade cambial de sua moeda, em identidade com o dólar estadunidense. A Argentina apresentaria fortes taxas de crescimento do PIB nos primeiros anos do Plano, enquanto privatizava suas empresas públicas, desregulava seu mercado de trabalho e abria sua economia incondicionalmente ao capital externo. O FMI e o Banco Mundial incentivaram abertamente o Plano de Convertibilidade e as medidas de política econômica da Argentina, apresentando-a como exemplo aos demais países por uma década. Em 2001, como resultado das políticas adotadas, a Argentina sofreu uma crise econômica ainda mais intensa do que as anteriores, com uma retração acumulada de mais de 16% do PIB em um intervalo de um ano, com corrida bancária e crise social. De exemplo de política econômica do FMI, a Argentina passou à moratória de sua dívida externa, que cresceu exponencialmente durante o período. A crise argentina seria o produto da conjunção de três processos histórico-econômicos, dados entre o Pós-guerra e o final do século XX, a saber: (I) a falência do modelo de desenvolvimento autônomo a partir da substituição de importações, pelo impacto de políticas econômicas contrárias aos interesses nacionais argentinos, desde a imposição da Ditadura Militar de 1976 - 1983; (II) o atrelamento da política econômica argentina ao chamado "Consenso de Washington" ao longo da década de 1980, culminando com o governo Menem, de orientação neoliberal; e (III) uma crise do capitalismo ocorrida no final da década de 1990, cujos impactos se fizeram sentir de maneira mais intensa naqueles países subdesenvolvidos, que empreenderam políticas ultra-liberalizantes em âmbito interno. A desarticulação das estratégias de crescimento autônomo, a abertura desmedida ao capital internacional e a renúncia à utilização de instrumentos de política econômica, da parte de sucessivos governos argentinos, sempre sob a aprovação do Fundo Monetário Internacional, teriam como resultado o referido colapso da Argentina, em 2001.

O IMPERIALISMO BRITÂNICO DE LIVRE COMÉRCIO E OS OBSTÁCULOS À INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XIX

Luiz Mateus Ferreira

O artigo tem como objetivo geral retomar a questão da origem e desenvolvimento da industrialização brasileira a partir da perspectiva de análise dos Sistemas-Mundo. Nesse sentido, busca-se demonstrar que além das forças estruturais -escravidão, instituições anti-capitalistas, condição colonial -que impediam o florescimento da indústria antes de 1808, a partir desta data, uma outra força veio se somar àquelas ou dificultar sua superação: o Estado e o capital britânicos, que em sua estratégia de acumulação de capital e poder em escala mundial, condicionaram o processo de industrialização brasileira durante seu regime de acumulação material (1780-1870), não permitindo à indústria no Brasil tornar-se uma fonte de acumulação de capital capaz de melhorar a posição do país na distribuição mundial da riqueza e poder.

INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A TRAJETÓRIA DA PERFUMARIAS PHEBO EM BELÉM.

Marcílio Alves Chiacchio

O atual trabalho é a construção de um estudo cuja área de conhecimento se encontra nos fundamentos da história de empresas, tendo como estudo de caso a Perfumarias Phebo, uma empresa paraense, que se destacou no mercado de perfumaria nacional. O método da pesquisa consistiu no levantamento de informações arquivísticas referentes a implantação, trajetória histórica e evolução administrativa-financeira da Phebo, no período de 1936 a 1988, realizada a partir de informações disponibilizadas pela empresa, entrevistas e coleta de material. A empresa utilizou o pau-rosa (*Aniba rosaedora* Durke), uma matéria-prima oriunda da Amazônia, para criar o seu produto de maior aceitação no mercado, o Sabonete Phebo Odor de Rosas. No contexto de desenvolvimento regional, a perfumaria internalizou o conhecimento baseada no aproveitamento das matérias-primas locais e tornou-se líder no mercado de perfumaria brasileiro com a expansão da sua fábrica para as cidades de São Paulo e Feira de Santana-Ba. Em 1988 a empresa foi vendida para o grupo Procter & Gamble Company, multinacional americana, que por sua vez, em 1998, revendeu a empresa para as Casa Granada, empresa carioca, que atualmente exerce o controle sobre a Phebo.

Vida urbana e suburbana nas terras do café: racionalização dos negócios e da vivência coletiva em Ribeirão Preto (1874-1914).

Márcio Luís Souza Marchetti

O objetivo desta pesquisa é estudar o processo de racionalização dos negócios e da vivência coletiva em Ribeirão Preto entre os anos de 1874 e 1914, com destaque para as atividades complementares à economia cafeeira havidas nesta cidade. Para esta finalidade, privilegamos a análise das escrituras públicas arquivadas no 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, e não deixamos de levar em conta a vasta produção bibliográfica acerca do fenômeno urbano e do "mundo do café", bem como da história regional na qual o município desempenhou progressivamente o papel de pólo dinâmico e de captação de capitais e de pessoas. A consideração de trabalhos que se voltaram à pesquisa das muitas faces da história desta cidade se dá pelo julgamento de que as somatórias dos conhecimentos obtidos, especialmente aqueles resultantes da utilização de outros tipos de fontes, agregarão ao trabalho uma possibilidade maior de compreensão da conjuntura escolhida, concomitantemente apresentando uma contribuição que pretende valorizar ainda mais os debates acerca da história local, sobretudo do que se pensa a respeito dos seus agentes sociais.

A pecuária leiteira em Resende, um estudo sobre as transformações sociais e agrícolas (1888-1940).

Maria Fernanda de Oliveira Coutinho Rodrigues

A pesquisa pretende analisar a formação da pecuária leiteira no município de Resende, Vale do Paraíba fluminense, no período de pós-abolição no Brasil. Buscando compreender a natureza do problema por meio da análise da oscilação do número de trabalhadores na região, como também pela dificuldade dos produtores rurais em manter as propriedades cafeeicultoras no período. Para tanto, serão observados os elementos que favoreceram a implantação da pecuária no município, como um possível incentivo governamental e a migração de parte da população de Minas Gerais, a qual já tinha um contato com a prática da pecuária. Logo, apontamos que a perspectiva da pesquisa é buscar a compreensão da formação

da pecuária leiteira no município de Resende após o declínio da cafeicultura. Ou seja, tentar construir uma história social, trabalhando com as transformações sócioeconômicas, a fim de perceber como tais transformações refletiram numa nova organização das estruturas agrárias e sociais do município. Para tanto, voltaremos um olhar em especial para aqueles que participaram dessa empreitada, ou seja, os produtores. Serão observados elementos como a formação de uma pequena elite que se originava juntamente com a inserção de uma nova economia no município, as relações entre as culturas agrícolas (café-leite), a chegada de alguns mineiros com todo o seu conhecimento na área da pecuária, além de um possível incentivo e apoio governamental.

A Questão do Desenvolvimento na República do Brasil:

Maxwel R. Moreira

Entre 1930 e 2006 a sociedade brasileira buscou seu desenvolvimento. No plano econômico este desafio possibilitou ao país experimentar uma série de alternativas. Da industrialização substitutiva de importações ao nacional-desenvolvimentismo; e deste ao ancorado nas liberalidades do mercado. Nesta trajetória adotou planos ortodoxos, heterodoxos, híbridos; bem como planos com influência parcial ou total do neoliberalismo. No plano político passou por governos oligárquicos, ditatoriais e governos de cunho democrático. No entanto, no plano social as desigualdades se fizeram sempre presentes e de forma acentuada. Esse artigo tem como objetivo mostrar que o Brasil na sua fase republicana passou por diferentes modelos de desenvolvimento, por avanços e retrocessos do processo democrático, mas a questão racial não esteve presente, pelo menos estruturalmente, em nenhum dos modelos econômicos e políticos, daí o "surgimento" de políticas focadas (negros, mulheres, indígenas) em fins do século XX e início do século XXI.

Origens dos empresários no setor de bens de capital do estado de São Paulo, 1870 – 1900

Michel Deliberali Marson

O objetivo geral deste trabalho é descrever o debate da historiografia econômica específica sobre as origens dos empresários no setor de bens de capital (máquinas e equipamentos) do Brasil e especialmente para o estado de São Paulo. Pode-se afirmar que a origem do setor de bens de capital está diretamente ligada às primeiras atividades manufatureiras no país. É natural que um setor que tem como objetivo aparelhar o setor econômico como um todo tenha suas origens atreladas à atividade industrial primária. A gênese do setor de bens de capital, portanto, é através da construção de equipamentos simples e peças de reposição desses equipamentos. Esse setor começa a ter importância relativa com o desenvolvimento de atividades industriais em meados do século XIX. Como o foco econômico neste período é o desenvolvimento da atividade primária exportadora, ou seja, a exportação de produtos primários ligados a atividade agrícola responsável pela dinâmica econômica, o setor industrial como um todo tinha papel subordinado a atividade principal. Assim, o setor industrial era responsável pela produção de bens de consumo, como têxteis e alimentos, e bens de capital, como equipamentos, peças de reposição e máquinas agrícolas simples, responsáveis por aparelhar a atividade principal, o setor primário exportador.

O setor de Telecomunicações no Brasil: História e desenvolvimento recente

Michele Cristina Silva Melo

O telefone chegou ao Brasil em 1877 como forma de comunicação entre Dom Pedro II e seus ministros. Desde então, seu desenvolvimento foi impulsionado por inovações de diversas áreas e, principalmente daquelas oriundas do setor de informática, hardware e software. Graças a sua característica de elevada penetrabilidade, o crescimento deste setor também impulsiona e fortalece o desenvolvimento de diversos outros segmentos da economia. No Brasil, a evolução do setor passou pelo seu entendimento como um monopólio natural e a partir disso, sua exploração mediante a criação de uma empresa estatal, a Telebrás. A atuação deste modelo durou até os meados da década de 90, onde frente ao processo de liberalização mundial recorrente e a defasagem do sistema de telecomunicações brasileiro, se deu início ao processo de privatização do setor. Beneficiado pelo conhecimento obtido com os processos de privatizações já efetuados em diversos países da América Latina, o governo brasileiro foi capaz de elaborar um modelo de privatização com objetivos claros de incitar a concorrência entre as empresas que viriam a operar, além de priorizar os investimentos necessários para a modernização do setor, através da incorporação de metas estabelecidas em contrato. Os sistemas de telefonia fixa e móvel se modernizaram desde 1998, ano da privatização, e os desafios recentes envolvem a questão da telefonia móvel e a disseminação de novos padrões de tecnologia, dentro de um cenário de convergência tecnológica. Compreender o aspecto histórico da evolução do setor no Brasil permite conhecer a dinâmica atual do sistema e como o desenvolvimento passado é capaz de influenciar as possíveis trajetórias futuras.

A Questão do Desenvolvimento na República do Brasil:

Paulo A S Vieira

Entre 1930 e 2006 a sociedade brasileira buscou seu desenvolvimento. No plano econômico este desafio possibilitou ao país experimentar uma série de alternativas. Da industrialização substitutiva de importações ao nacional-desenvolvimentismo; e deste ao ancorado nas liberalidades do mercado. Nesta trajetória adotou planos ortodoxos, heterodoxos, híbridos; bem como planos com influência parcial ou total do neoliberalismo. No plano político passou por governos oligárquicos, ditatoriais e governos de cunho democrático. No entanto, no plano social as desigualdades se fizeram sempre presentes e de forma acentuada. Esse artigo tem como objetivo mostrar que o Brasil na sua fase republicana passou por diferentes modelos de desenvolvimento, por avanços e retrocessos do processo democrático, mas a questão racial não esteve presente, pelo menos estruturalmente, em nenhum dos modelos econômicos e políticos, daí o "surgimento" de políticas focadas (negros, mulheres, indígenas) em fins do século XX e início do século XXI.

Goiás e o abastecimento da economia paulista na Primeira República

Paulo Roberto de Oliveira

A Primeira República é entendida por parte da produção acadêmica brasileira como momento crucial para a criação das condições que levariam à industrialização, concentrada principalmente no estado de São Paulo. Obras como as de Wilson Cano e João Manoel Cardoso de Mello justificam o surgimento da indústria dentro

das fronteiras paulistas devido às relações capitalistas avançadas que se criaram e reproduziram no estado ao final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX. Para Wilson Cano, a economia paulista funcionava como complexo capaz de atender às suas necessidades inclusive no que diz respeito à produção de alimentos. Atentando para a dinâmica comercial da Primeira República, podemos afirmar que durante todo o período, como sugerido pela historiografia goiana, São Paulo possui relações comerciais importantes com os estados centrais, utilizando-se destes para o seu abastecimento. Momento em que isso se evidenciou foi a segunda década do século XX quando, frente à queda da exportação de café, o Estado de São Paulo lançou mão da exportação de produtos derivados da pecuária para manter um nível aceitável de trocas com o exterior. Esse gado, segundo pesquisa, provinha de Goiás e Mato Grosso. Além disso, em épocas de diminuição da produção de cereais, o estado de São Paulo utilizou-se largamente da importação dos estados citados. Este trabalho tem como objetivo analisar as relações comerciais entre São Paulo e estas regiões durante o período, recorrendo principalmente aos relatórios dos Presidentes de Estado de São Paulo e Goiás. Discutiremos a importância destas relações, até agora pouco tratadas, para ambas as elites regionais, os interesses envolvidos e as ações que buscavam dinamizá-las.

O IMPERIALISMO BRITÂNICO DE LIVRE COMÉRCIO E OS OBSTÁCULOS À INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XIX

Pedro Antônio Vieira

O artigo tem como objetivo geral retomar a questão da origem e desenvolvimento da industrialização brasileira a partir da perspectiva de análise dos Sistemas-Mundo. Nesse sentido, busca-se demonstrar que além das forças estruturais -escravidão, instituições anti-capitalistas, condição colonial -que impediam o florescimento da indústria antes de 1808, a partir desta data, uma outra força veio se somar àquelas ou dificultar sua superação: o Estado e o capital britânicos, que em sua estratégia de acumulação de capital e poder em escala mundial, condicionaram o processo de industrialização brasileira durante seu regime de acumulação material (1780-1870), não permitindo à indústria no Brasil tornar-se uma fonte de acumulação de capital capaz de melhorar a posição do país na distribuição mundial da riqueza e poder.

O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca/ SP 1890-1914

Pedro Geraldo Tosi

Este trabalho visa analisar algumas facetas da cadeia do crédito no complexo cafeeiro paulista entre 1890 e 1914. Busca-se compreender as formas de financiamento que possibilitaram a expansão do núcleo agroexportador cafeeiro mesmo no momento em que a atividade creditícia era pouco institucionalizada e formalizada no país, valendo-se para isso de arranjos alternativos na tentativa de superar o denominado problema do financiamento. Verifica-se assim, a importância da atividade creditícia para a cristalização do complexo cafeeiro. A pesquisa está ancorada em fontes primárias de origem cartorial, principalmente as dívidas hipotecárias e os penhores agrícolas, passíveis de quantificação, e na análise da bibliografia existente, de caráter mais generalizante, de forma que se procura fundamentar as interpretações a nível local, ou seja, no estudo da parte -para o qual selecionamos a cidade de Casa Branca, no interior de São Paulo -a fim de tecer correlações com o todo da história econômica paulista e do avanço do capitalismo no Brasil. Tenta-se, ainda, apreender como a dinâmica do crédito impediu o transbordamento dos capitais gerados na economia agrária de exportação de fixarem-se na cidade. Procura-se, desta maneira, expandir

os conhecimentos relativos ao crédito e à acumulação na economia cafeeira paulista e suas implicações ao desenvolvimento urbano-industrial.

A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini

Pedro Henrique Pedreira Campos

A partir do final da década de 1960, as empresas brasileiras de indústria de construção passam a exportar capitais através da realização de obras em outros países. O movimento se direciona principalmente para os países vizinhos da América do Sul, mas também para outras nações da América Latina, da África e do Oriente Médio, contando com a forte proteção e incentivo por parte do aparelho de Estado brasileiro. O artigo pretende dar um quadro geral desse movimento nos anos 1960 e 1970 e discutir as hipóteses explicativas para tal fenômeno. Para isso, será feita uma discussão central do conceito de subimperialismo, proposto por Ruy Mauro Marini ainda na década de 1960.

JORGE STREET E AS TENDÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS ACERCA DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Pedro Paulo Lima Barbosa

RESUMO: Nesta comunicação, pretende-se analisar as tendências historiográficas acerca da industrialização brasileira, pois dada a sua complexidade, não foi um processo automático, como se não houvesse a presença de sujeitos históricos, já que principalmente os industriais, seus órgãos, suas associações, seus ideólogos ou teóricos tiveram uma ação decisiva no processo industrialista brasileiro. Desta forma, faz-se necessário salientar a ação política dos agentes históricos envolvidos em tal processo, a qual foi essencial para a implementação de uma política industrialista, atuando junto ao Estado e a outras classes sociais e segmentos de classe, mostrando a importância da industrialização para o desenvolvimento da nação. Dada a importância da ação dos industriais no processo de industrialização ocorrido ao longo da Primeira República pretende-se demonstrar a importância de agentes históricos como Jorge Luís Gustavo Street no interior dos embates acerca da industrialização verificados ao longo deste período, pois atuou em diversos órgãos de sua classe e junto ao Estado. Embora existissem interesses discordantes entre ruralistas e industriais e entre estes e os operários, Jorge Street buscou, ao longo de sua obra, demonstrar que seria plenamente possível estabelecer uma harmonia entre as classes, a fim de fazer o Brasil progredir e, com isso, alcançar maior destaque no cenário internacional. Portanto, buscou, a todo o momento, demonstrar à elite ruralista do país que seus interesses eram os mesmos dos industriais, que não estavam em campos opostos e que, principalmente, o esteio econômico do país passaria pela união dos interesses de ambas as classes. Este empresário do início do século XX defendeu a modernização da economia do país por meio da industrialização e a associou à modernização institucional mediante a legislação social. Tais fatores o tornam singular e o destacam entre os empresários brasileiros da Primeira República, pois suas ações eram inovadoras

O EMBATE ENTRE DUAS VIAS DE FORNECIMENTO DE CANA-DEAÇÚCAR PARA A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE GOIÁS

Pedro Ramos

O estudo demonstrou em Goiás a existência de um embate entre duas vias de produção para o fornecimento da matéria-prima para as agroindústrias canavieiras. Nas pesquisas feitas nas entidades representantes do setor agrícola goiano e de fornecedores de cana, constatou-se que existem dois modelos de expansão do setor sucroalcooleiro no Estado. O primeiro modelo foi considerado atrasado pelas entidades, pois privilegia a posse da terra por parte das fábricas, seja pelo arrendamento, seja pela compra de terras pelas empresas deste setor. Na percepção das entidades, este modelo provoca a decadência econômica dos demais setores econômicos e comerciais dos municípios. Os municípios de Santa Helena de Goiás e Maurilândia foram citados por diversas entidades como exemplo deste modelo atrasado. Os dados indicaram que em Goiás há o predomínio da via tradicional de abastecimento, gerando um embate entre as entidades de classes dos produtores rurais que procuram incentivar a outra via. Ressalta-se, ainda, que através da participação de reuniões conduzidas pela Comissão de Cana-de-Açúcar da FAEG foi percebido nas conversas informais com os produtores rurais, que alguns consideram a possibilidade de montagem de agroindústrias canavieiras. Segundo os mesmos, a posse da terra seria o fator principal para a montagem desta agroindústria. Percebe-se que mesmo entre as classes de produtores rurais o entendimento é que a via tradicional é a melhor opção para a estratégia da agroindústria canavieira, quando eles são os possíveis investidores. Por isso, entende-se que para uma alteração no modelo tradicional há a necessidade de um planejamento do setor público, seja ele federal ou estadual, que possibilite e incentive o modelo novo, com a presença do fornecedor autônomo para as agroindústrias canavieiras.

POLÍTICAS INDIGENISTAS NO BRASIL: Entre o o Global e o Local (de 1980 aos dias atuais)

Poliene Soares dos Santos Bicalho

Este estudo pretende compreender e analisar as atuais políticas indigenistas no Brasil, tomando por recorte inicial da pesquisa a década de 1980, devido à ampliação dos debates relacionados à questão indígena no Brasil e no Mundo. Para tanto, propomos a discussão de alguns conceitos/temáticas essenciais às nossas indagações: a relação entre o Estado e as Etnias indígenas no Brasil; a problemática do local e do global no que tange à discussão sobre Identidade Étnica e Identidade Nacional; e a questão da cidadania indígena, seus avanços e retrocessos posteriores à reunião da Constituinte e à eleição da Constituição de 1988.

Subdesenvolvimento brasileiro: do problema econômico para o político

Rafael Gonçalves Gumiero

A questão do subdesenvolvimento no Brasil ocupou lugar na agenda de debates principalmente nos anos 1950 a 1960. O processo de industrialização no Brasil conduziu o crescimento econômico, porém, gerou cicatrizes que ainda permanecem na economia brasileira atualmente. A industrialização gerou crescimento na região Centro-Sul, ao passo que, na região Nordeste esteve imersa na estagnação econômica. O objetivo deste artigo é identificar os principais entraves que o subdesenvolvimento proporcionou para a economia brasileira, utilizando como recurso teórico para empreender essa análise o pensamento de Celso Furtado. As hipóteses para identificar e dialogar com a questão do subdesenvolvimento são: 1) a temática do subdesenvolvimento ocupou o epicentro na arena de debates da intelligentsia brasileira; 2) é deflagrado por Furtado o subdesenvolvimento como um problema das estruturas de classes sociais; 3) decisões de ordem política é dado como prognóstico por Furtado para sanar o subdesenvolvimento.

Famílias escravas do arraial de Nossa Senhora de Bom Despacho, Minas Gerais, c.1880 a c. 1900

Raquel Carvalho Gontijo

O trabalho esteve pautado na análise do conceito de famílias escravas a partir do exame de fontes primárias de batismos, casamentos, óbitos e testamentos da localidade de Bom Despacho, assim como da leitura de outros estudos historiográficos sobre o mesmo tema e de estudos antropológicos acerca da noção de parentesco, afinidade e consanguinidade. Desta forma, problematizou-se um tema tratado pela história sob o olhar antropológico tomando da antropologia a complexidade que o termo parentesco propõe. O enfoque dado às famílias escravas permitiu resgatar a agência deste escravo, como indivíduo, assim como nos mecanismos construídos pela escravaria para uma existência menos austera. Também se pode analisar, diante da expectativa da abolição da escravatura e posterior a esta, este escravo como um sujeito reconhecido não só como peça escrava, mas também como um sujeito humano, mesmo sendo sempre associado e reconhecido pelo seu estigma de escravo.

Santa Cruz das Palmeiras: o papel do crédito e suas representações na atividade cafeeira.

Ricardo Barboza Alves

Este estudo tem como objetivo analisar o complexo cafeeiro através da íntima relação da necessidade do crédito imprescindível para manutenção da cultura cafeeira no âmbito regional, onde observaremos as nuances e as oscilações do complexo cafeeiro no município de Santa Cruz das Palmeiras no período que compreende 1914 a 1935. Nesse cenário, percebemos a grande influência da cafeicultura no fomento das atividades complementares, pois nos sub-períodos analisados a cidade começou a pulsar diferente, consubstanciado pelo crédito movimentado pelo comércio e a pequena lavoura, onde os agentes locais, principalmente, comerciantes/negociantes eram responsáveis pelo fornecimento de crédito extremamente fundamental para as atividades locais durante o período, pela qual cobravam taxas de juros mais elevadas e com prazo de vencimento da dívida mais arrojado. Esses agentes locais se tornaram poderosos personagens no município, sendo que dominavam a cidade através da política, amalgamado com seu poder econômico, determinando como a cidade deveria funcionar. Também devemos ressaltar que os grandes fazendeiros cafeicultores estavam presentes na área do município, apenas de forma exploratória e quando precisavam de crédito, conseguiam o crédito com juros menores e prazos de vencimento maiores por terem acesso aos mecanismos oficiais na capital. Usamos como fonte de pesquisa os livros cartoriais norteados pelas hipotecas e penhoras agrícolas por nos darem um panorama mais amplo e adequado para análise das questões econômicas do município, sendo que verticalizaremos alguns personagens devido à importância no contexto do complexo cafeeiro, observando seu papel no desenvolvimento de Santa Cruz das Palmeiras.

As roças destruídas pelos animais do vizinho: um foco de conflito entre camponeses negros no pós-abolição.

Rodrigo de Azevedo Weimer

A destruição de roças por animais pertencentes a vizinhos evidencia um foco de conflitos entre camponeses negros no período posterior à abolição da escravidão. A presente comunicação se propõe, através da análise de processos criminais da localidade de Morro Alto, município de Conceição do Arroio, litoral norte do Rio Grande do Sul, a verificar tais tensões entre produtores de alimentos, bem como estudar no que elas podem esclarecer a respeito de rivalidades familiares e laços de dependência e negociação em relação a antigos senhores.

O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca/ SP 1890-1914

Rodrigo Fontanari

Este trabalho visa analisar algumas facetas da cadeia do crédito no complexo cafeeiro paulista entre 1890 e 1914. Busca-se compreender as formas de financiamento que possibilitaram a expansão do núcleo agroexportador cafeeiro mesmo no momento em que a atividade creditícia era pouco institucionalizada e formalizada no país, valendo-se para isso de arranjos alternativos na tentativa de superar o denominado problema do financiamento. Verifica-se assim, a importância da atividade creditícia para a cristalização do complexo cafeeiro. A pesquisa está ancorada em fontes primárias de origem cartorial, principalmente as dívidas hipotecárias e os penhores agrícolas, passíveis de quantificação, e na análise da bibliografia existente, de caráter mais generalizante, de forma que se procura fundamentar as interpretações a nível local, ou seja, no estudo da parte -para o qual selecionamos a cidade de Casa Branca, no interior de São Paulo -a fim de tecer correlações com o todo da história econômica paulista e do avanço do capitalismo no Brasil. Tenta-se, ainda, apreender como a dinâmica do crédito impediu o transbordamento dos capitais gerados na economia agrária de exportação de fixarem-se na cidade. Procura-se, desta maneira, expandir os conhecimentos relativos ao crédito e à acumulação na economia cafeeira paulista e suas implicações ao desenvolvimento urbano-industrial.

Conformidade ou Discordância? Análise do posicionamento parlamentar brasileiro frente às negociações para a formação do Mercosul e da Alca.

Rodrigo Regazonni de Oliveira

Trata este documento de oferecer uma visão geral das pretensões do artigo -em fase de elaboração - intitulado Conformidade ou discordância? Análise do posicionamento parlamentar brasileiro frente às negociações para a formação do Mercosul e da Alca. Temos como objetivo principal, neste artigo, proceder a uma breve análise do posicionamento parlamentar brasileiro frente às propostas de integração regional alusivas ao Mercosul e à Alca. Com base na atuação dos parlamentares brasileiros na Seção Nacional da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, bem como no estudo de determinadas proposições elaboradas por congressistas, buscaremos avaliar em que medida a percepção revelada pelo senso comum é válida, ao identificar na atividade parlamentar.

Agricultura e Crédito Rural no Regime Militar

Rodrigo Valverde Beitem

A participação do Estado, frente à expansão da agricultura comercial, foi intensa no período pós-64, com a nova política de crédito rural e com grande fomento às culturas de elevado valor comercial como a cultura da soja, do trigo e, por fim, a do milho. A necessidade de se adequar ao capitalismo mundial refletiu-se na modernização das atividades do campo, que por sua vez só foi possível devido à disponibilização, por parte do Estado brasileiro, do crédito rural. Esta perspectiva foi alinhada ao plano econômico adotado no regime militar, em que a eficiência econômica e o desenvolvimento nacional tornaram-se seus objetivos. O crédito rural e os subsídios ajustados às atividades econômicas atreladas ao campo proporcionaram a utilização intensificada de fertilizantes, a mecanização das atividades agrícolas, o conseqüente aumento da produtividade e a abertura do mercado externo. A agricultura, entretanto, tornou-se a "menina dos olhos" do governo militar que visava uma produção agrícola bem desenvolvida para que esta gerasse divisas para o incremento da indústria nacional.

Para além da subsistência: farinha, escravidão e mercado de abastecimento – Província de Santa Catarina 1796-1857

Rogério Pereira da Cunha

O presente trabalho tem por objeto a dinâmica escrava na Província de Santa Catarina na primeira metade do século XIX. Para tal empreendimento, serão utilizados mapas populacionais do início do século, assim como os registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul das décadas de 1830 e 1840, período posterior a lei de proibição do tráfico de 1831. O objetivo é compreender como essa legislação e o contexto permeado por ela afetaram os mecanismos de aquisição de braços escravos dos setores ligados a produção para o mercado de abastecimento. Nesse sentido, serão analisadas algumas trajetórias de proprietários visando perceber quais foram as estratégias utilizadas por essa elite agrária para enfrentar esse novo momento do mercado de escravos no Brasil após a lei de 1831. A partir de um olhar preliminar foi possível identificar que Santa Catarina passou em fins do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX por uma grande expansão no número de africanos desembarcados, contudo, a partir da década de 1830, foi possível notar um processo de criouliização da população escrava da Província tendo por base a vila de São Francisco do Sul.

A Formação do Exército Vermelho: descontinuidades e inércias

Saymon de Oliveira Justo

O Exército Vermelho, apesar de não constituir uma simples continuação do antigo exército imperial russo, carregou as fortes marcas das especificidades sociais, políticas, econômicas e culturais do solo onde foi nasceu. Assim, apesar das rupturas, teve em sua estruturação o peso das permanências. Na formação do Exército Vermelho encontram-se a tradição socialista, as necessidades impostas pela guerra civil, as características de uma Rússia com fortes traços autoritários e o específico "sotaque" do muijque. Assim, o "novo" foi forjado com o material do "antigo" e não entender essas permanências pode levar a um equivocados "mito de fundação".

Comércio e rotas comerciais entre Grão-Pará e Guiana Francesa (1790 -1817).

Siméla de Nazaré Lopes

A região fronteira entre Grão-Pará e Guiana Francesa foi caracterizada por disputas entre autoridades em torno da delimitação de sua fronteira e o controle sobre o deslocamento de pessoas e de mercadorias naquele espaço. Pois, ao mesmo tempo em que existia uma intensa rota de comércio (principalmente legal) ligando as praças comerciais de Caiena e de Belém, havia também outras ramificações dessas rotas que não se restringiam apenas às áreas da Capitania do Grão-Pará. O objetivo dessa comunicação é analisar como se estruturou o circuito mercantil entre as duas áreas, as relações entre seus negociantes e as rotas de comércio entre Grão-Pará e Caiena, buscando compreender as aproximações e as disputas entre comerciantes e autoridades administrativas e militares. Privilegia-se para essa proposta o período entre 1790 a 1817, marcado pelo acirramento das tensões políticas desse período, culminando com a ocupação militar em Caiena (1809-1817).

MALHARIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO: História de uma Empresa Pioneira no Vale do Paraíba Paulista – Jacaré

Suely Miyuki Enomoto Russo

O objetivo deste artigo é sintetizar o estudo realizado sobre a história da empresa têxtil Malharia Nossa Senhora da Conceição, pioneira na fabricação de meias finas na América Latina, sediada na cidade de Jacaré – SP. Ela foi fundada em 1879, por Luiz Simon e, a partir de 1944, passou a pertencer à família Haddad. A relevância do estudo está no fato de ser uma empresa centenária, ainda ativa, que permitiu a análise do modelo de industrialização brasileira através da sua história. Ao longo de sua trajetória, comprovou-se que as principais características da Malharia foram: a visão estratégica para buscar oportunidades, a inovação e a qualidade. A empresa conquistou espaço no mercado, mesmo em épocas de crise. Utilizou das mais avançadas tecnologias para a produção de meias e buscou a qualidade para diferenciar os seus produtos no mercado. No transcorrer de sua existência, a qualidade dos produtos gerou o reconhecimento através de diversos prêmios e homenagens recebidos. A inovação foi demonstrada pelo seu pioneirismo na produção de diversos produtos. Isso evidenciou a prosperidade dessa fábrica através de sua tradição consolidada por mais de um século de existência e de sua permanência no mercado até os dias atuais. Para a elaboração deste trabalho, fez-se um levantamento bibliográfico sobre o assunto; uma pesquisa documental no acervo da Malharia Nossa Senhora da Conceição e da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e uma entrevista com o principal executivo da organização. O levantamento dos dados sobre a trajetória da empresa tem grande importância porque foi elaborado, por meio de um trabalho consistente de crítica e de seleção de informações que se apresenta como um instrumento que contribuirá para uma melhor compreensão da história da empresa, da região em que ela atua e do próprio país.

Uma história da técnica e da industrialização em setores químicos séculos XIX e XX.

Walter Luiz Carneiro de Mattos Pereira

Um dos principais setores que induziram a Revolução Industrial na Europa, a partir do século XVIII, foi o da indústria química de alcalis sódicos, em especial a produção de barrilha e soda cáustica, utilizados na produção têxtil, em produtos de higiene e limpeza, na indústria farmacêutica e química em geral, além da manufatura vidreira. Da alquimia à produção em escala industrial, a história das técnicas de fabricação produziu uma série de inovações que contribuíram decisivamente para o avanço da industrialização e para a acumulação de capital em setores vitais para o desenvolvimento econômico. Da França, passando pelo Inglaterra e Bélgica, surgiram novas técnicas com base nos processos químicos "Leblanc" e "Solvay", que envolviam disputas em torno de patentes por todo o continente. A crença de que o progresso era

irreversível, juntou empresários europeus do setor químico e cientistas na busca de uma integração entre o capital e o conhecimento, pela possibilidade de novas descobertas que pudessem favorecer os avanços da sociedade industrial. Reuniões conjuntas eram realizadas, por exemplo, na Bélgica em que se destacavam figuras como Albert Einstein, Henri Poincaré e Marie Curie, patrocinadas pelo empresário belga Ernst Solvay, detentor de uma das maiores patentes de produção alcalina na Europa. Estabelecendo referências na história econômica e social e na história das técnicas, pretende-se analisar as interseções entre o capital e as inovações técnicas na Europa no século XIX, ao produzirem a expansão de novas formas produtivas em termos concentrados, na organização de cartéis e trustes que determinaram a formação de um capital monopolista, que juntava setores controladores da produção industrial ao capital financeiro, na constituição de instituições bancárias ligadas ao fomento no desenvolvimento de setores industriais específicos. O desenvolvimento do capitalismo caminhava passo a passo, com a inovação industrial, apresentada como vitrine do progresso e da civilização.

AS CASAS COMERCIAIS LIGADAS AO TRANSPORTE FLUVIAL EM MATO GROSSO E SUAS VINCULAÇÕES COM O MERCADO NACIONAL E INTERNACIONAL (1870-1930).

Zulmária Izabel de Melo Souza Targas

A partir da liberação da navegação brasileira pelo rio Paraguai, consolidada após o final da Guerra com o Paraguai (1870), incrementou-se o comércio na Província/Estado de Mato Grosso, tendo em destaque as casas comerciais estabelecidas principalmente na cidade portuária de Corumbá. O "ciclo" comandado por essas casas comerciais constitui um processo extremamente complexo e sobre o qual ainda pouco se sabe, e sua interpretação tem gerado controvérsias na historiografia. Este artigo tem por finalidade apresentar o debate historiográfico sobre o tema, enfocando especificamente as casas comerciais de Corumbá. Por meio da bibliografia disponível sobre o assunto, identificamos, como principais pontos problemáticos, o papel do capital financeiro, bem como da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no enfraquecimento das casas comerciais e conseqüentemente no fim do ciclo comercial por elas comandado.

Índice de Autores

Adrianna Setemy	5, 12
Alcides Goularti Filho	1, 3, 12
Alexandro Rodrigues Ribeiro	4, 13
Allan Thomas Tadashi Kato	5, 13
Ana Paula Menezes	3, 14
Antonio Oswaldo Storel Júnior	4, 14
Bruno Höflig	5, 15
Bruno Queiroz Marchetto	3, 15
Carla Beatriz de Almeida	7, 16
Carlos Alberto Cordovano Vieira	5, 16
Carlos Alberto Lanzarini Casa	6, 17
Carlos Augusto Bastos	5, 17
Carlos de Oliveira Malaquias	6, 19
Carlos Eduardo C. da Costa	5, 18
Carlos Eduardo Valencia Villa	3, 18
Carlos Henrique Lopes Rodrigues	6, 18
Charles Chelala	4, 19
Cláudia Chelala	4, 20
Cláudia Regina Salgado de Oliveira Hansen	7, 20
Daniel Augusto Feldmann	5, 21
Diego Lopes de Campos	3, 21
Divina Aparecida Leonel Lunas Lima	7, 22
Edson Trajano Vieira	4, 22
Elena Soihet	4, 23
Elson Rodrigo de Souza-Santos	7, 23
Fábio Farias de Moraes	3, 23
Fábio Padua dos Santos	6, 24
Fábio Ricci	3, 24
Fabricio Jose Missio	6, 25
Fernando Franco Netto	4, 26
Fernando V. Aguiar Ribeiro	5, 26
Flávio Schluckebier Nogueira	3, 26
Francisco Aimara Carvalho Ribeiro	6, 27
Gabriel Almeida Antunes Rossini	6, 27
Gabriel Santos Berute	3, 27
Guillaume Azevedo Marques de Saes	4, 28
Gustavo Alves Cardoso Moreira	5, 29
Gustavo Machado Cavarzan	4, 29
Gustavo Pereira da Silva	3, 30
Gustavo S. Cortes	7, 28
Ivana Aparecida Ferrer Silva	7, 30
Jaime Reis	7, 13
João Manuel Malaia	5, 31
José Antonio Fernandes	3, 31
José Tadeu de Almeida	6, 32

Julio Lucchesi Moraes.....	3, 32
Larissa Pachecne	4, 26
Leandro Braga de Andrade.....	6, 33
Leonardo Cândido Rolim	5, 33
Loyanne Dias Rocha	6, 34
Luiz Adriano Gonçalves Borges	5, 34
Luiz Eduardo Simões de Souza	4, 35
Luiz Mateus Ferreira.....	7, 35
Marçilio Alves Chiacchio.....	4, 36
Márcio Luis Souza Marchetti.....	4, 36
Maria Fernanda de Oliveira Coutinho Rodrigues	3, 36
Mariani de Oliveira.....	4, 26
Maxwel R. Moreira	5, 37
Michel Deliberali Marson	6, 37
Michele Cristina Silva Melo	7, 38
Paloma Fernandez Perez.....	9, 14
Paulo A S Vieira	5, 38
Paulo Roberto de Oliveira	4, 38
Pedro Antônio Vieira	7, 39
Pedro Henrique Pedreira Campos.....	7, 40
Pedro Paulo Lima Barbosa.....	7, 40
Pedro Ramos	7, 40
Poliene Soares dos Santos Bicalho	5, 41
Rafael Gonçalves Gumiero	7, 41
Raquel Carvalho Gontijo.....	4, 42
Renato Marcondes.....	6, 7
Ricardo Barboza Alves	6, 42
Rodrigo de Azevedo Weimer.....	3, 42
Rodrigo Fontanari.....	6, 43
Rodrigo Regazonni de Oliveira	6, 43
Rodrigo Valverde Beitem	6, 43
Rogério Pereira da Cunha.....	3, 44
Saymon de Oliveira Justo	3, 44
Siméia de Nazaré Lopes	5, 44
Suely Miyuki Enomoto Russo	3, 45
Walter Luiz Carneiro de Mattos Pereira.....	4, 45
Zulmária Izabel de Melo Souza Targas	5, 46

APOIO



Universidade de Brasília
Departamento de História
Programa de Pós-graduação em História

